



Instituto Superior de Economia e Gestão

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

DESDE 1911

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO DISSERTAÇÃO

O DESENVOLVIMENTO DE UM *CLUSTER* DE SERVIÇOS PARA A
COOPERAÇÃO ECONÓMICA ENTRE OS PAÍSES LUSÓFONOS E A
CHINA EM MACAU

PAULO MANUEL SILVA MADEIRA DE CARVALHO

SETEMBRO - 2012



Instituto Superior de Economia e Gestão

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

DESDE 1911

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

O DESENVOLVIMENTO DE UM *CLUSTER* DE SERVIÇOS PARA A
COOPERAÇÃO ECONÓMICA ENTRE OS PAÍSES LUSÓFONOS E A
CHINA EM MACAU

PAULO MANUEL SILVA MADEIRA DE CARVALHO

ORIENTAÇÃO:

PROFESSORA DOUTORA MARIA FERNANDA PARGANA ILHÉU

SETEMBRO - 2012

Agradecimentos

Quero agradecer a Professora Doutora Fernanda Ilhéu pela orientação, apoio e atenção que prestou a esta dissertação, tudo isto contribuiu para a concretização deste trabalho, e mais importante, contribuiu para que este trabalho seguisse um rumo certo.

Quero também agradecer o Professor Doutor João Estêvão pelo apoio em todo o processo relativo ao Trabalho Final de Mestrado e pela sua disponibilidade e rapidez em esclarecer todas as dúvidas que iam surgindo durante este processo.

E por fim queria agradecer a todos os colegas e professores do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional com quem tive oportunidade de trabalhar, foi um prazer trabalhar convosco nestes dois anos de estudo.

Índice

Lista de Abreviaturas	4
Resumo	5
Abstract	6
1. Introdução	7
1.1. Importância do Tema	7
1.2. Objectivo da Dissertação	9
2. Revisão de Literatura	10
2.1. O Conceito de <i>Cluster</i>	10
2.1.1. Definição de <i>Cluster</i>	10
2.1.2. Dimensões do <i>Cluster</i>	11
2.1.3. <i>Cluster</i> e o Crescimento Económico	13
2.2. O Desenvolvimento do <i>Cluster</i>	15
2.2.1. Modelo de Diamante de Porter	15
2.2.2. Os Actores do <i>Cluster</i>	18
2.2.3. Ciclo de Vida de um <i>Cluster</i>	19
3. Metodologia	20
4. Recolha e Análise de Dados	23
4.1. Recolha de Dados	23
4.1.1. Localização de Macau na Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas	23
4.1.2. Caracterização da População Activa de Macau	24
4.1.3. Utilização da Língua Portuguesa em Macau	25
4.1.4. Utilização das Tecnologias nas Actividades do Sector Económico	26
4.1.5. Identificação e Caracterização das Empresas de Macau que Exportam para China Continental	27

4.1.6. Identificação e caracterização das Empresas de Macau que podem integrar o <i>Cluster</i> de Serviços	28
4.1.7. Condições que Macau Oferece para o Criação e Desenvolvimento de PME Locais	29
4.1.8. Identificação das Políticas Públicas Relacionadas com a Cooperação Económica	30
4.1.9. Identificação das Entidades Públicas Relacionadas com a Cooperação Económica	32
4.1.10. Identificação de Outros Factores que possam Determinar o Desenvolvimento do Cluster de Serviços	32
4.2. Análise dos dados Recolhidos	33
4.2.1. Na Perspectiva do Modelo de Diamante	33
4.2.2. Na Perspectiva dos Actores do <i>Cluster</i>	35
4.2.3. Na Perspectiva das Hipóteses de Pesquisa	36
5. Conclusão	37
Bibliografia	39
Anexos - Figuras	42
Anexos - Quadros	48

Lista de Abreviaturas

- AMCM** – Autoridade Monetária e Cambial de Macau
- CNY** – Yuan / Renminbi (moeda oficial da R. P. China)
- DSE** – Direcção dos Serviços de Economia
- DSEC** – Direcção dos Serviços de Estatística e Censos
- DSEJ** – Direcção dos Serviços de Educação e Juventude
- GAES** – Gabinete de Apoio ao Ensino Superior
- GASPF** – Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum de
Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países
de Língua Portuguesa
- GCS** – Gabinete de Comunicação Social
- HKD** – Dólares de Hong Kong (moeda oficial de Hong Kong)
- IPIM** – Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau
- MOP** – Pataca (moeda oficial de Macau)
- OMC** – Organização Mundial do Comércio
- PALOP** – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
- PIB** – Produto Interno Bruto
- PME** – Pequenas e Médias Empresas
- RAE** – Região Administrativa Especial
- RAEH** – Região Administrativa Especial de Hong Kong
- RAEM** – Região Administrativa Especial de Macau
- RDRP** – Região do Delta do Rio das Pérolas
- RGDRP** – Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas
- TDM** – Teledifusão de Macau

Resumo

Com a implantação da Região de Administração Especial de Macau, após a transferência de soberania em 1999, o governo central chinês atribuiu a Macau dois papéis distintos como directrizes para seu modelo de desenvolvimento económico, nomeadamente o papel de Centro Internacional de Turismo e Lazer (baseada na indústria do jogo) e o papel da Plataforma de Serviços de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

Actualmente o primeiro papel é o principal modelo de desenvolvimento económico escolhido pelo governo de Macau. Apesar do primeiro papel ter trazido a Macau um crescimento económico nunca antes visto, a verdade também é que a dependência da indústria do jogo está a originar diversos problemas económicos e sociais. Quanto ao segundo papel, apesar do governo já ter tido diversas iniciativas interessantes, ainda não se conseguiu desenvolver toda a sua potencialidade, tanto em termos de cooperação internacional, como em termos de desenvolvimento da economia de Macau. Perante esta situação parece ser importante o desenvolvimento de um *Cluster* de Serviços para a Cooperação Económica entre os Países Lusófonos e a China em Macau, para potencializar o segundo papel.

De acordo com a revisão de literatura, o desenvolvimento de *cluster* depende da existência dos elementos do Modelo de Diamante de Michael Porter e dos actores que constituem o *cluster*. Após a recolha e análise de dados, no sentido de saber se é possível desenvolver em Macau este *cluster* de serviços, chegou-se à conclusão que Macau possui todos os elementos necessários para o seu desenvolvimento.

Palavras-Chave: *Cluster*, Macau, China, Países Lusófonos, Delta do Rio das Pérolas, Cooperação Económica, Plataforma.

Abstract

With the establishment of the Special Administrative Region of Macau after the handover in 1999, the Chinese central government has assigned to Macau two different roles as guidelines for its model of economic development, namely the role of International Centre for Tourism and Leisure (based in the gaming industry) and the role of Trade and Economic Service Platform between China and Portuguese Speaking Countries.

Currently the first role is the main economic development model chosen by the Macau government. Although the first role has brought the Macau an economic growth that we never seen before, in the same time the dependence of the gaming industry is causing many social and economic problems. For the second role, although the government has already taken several interesting initiatives, till now it had failed to develop the full potential of the Platform, both in terms of international cooperation, and in terms of economic development of Macau. Given this situation, it seems to be important to develop a Services Cluster for Economic Cooperation between China and Portuguese Speaking Countries in Macao, to potentiate the second role.

According to the literature review, the development of a cluster depends on the existence of the elements from Michael Porter's Diamond Model and actors that constitute the cluster. After collecting and analyzing all data, in order to know if it is possible to develop in Macau this service cluster, it came to the conclusion that Macau has all the elements necessary for its development.

Keywords: Cluster, Macau, China, Portuguese Speaking Countries, Pearl River Delta, Economic Cooperation, Platform.

1. Introdução

1.1. Importância do tema

Com a implantação da Região de Administração Especial de Macau (RAEM), após a transferência de soberania em 1999, o governo central chinês atribuiu a Macau dois papéis distintos como directrizes para seu modelo de desenvolvimento económico, nomeadamente o papel de Centro Internacional de Turismo e Lazer (baseada na indústria do jogo) e o papel da Plataforma de Serviços de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa¹.

Actualmente o primeiro papel é o principal modelo de desenvolvimento económico escolhido pelo governo de Macau. Com este modelo de desenvolvimento económico, construído à base da indústria do jogo, Macau conheceu nos últimos anos um crescimento económico notável (Figura 1, anexos), registando receitas de jogo largamente superiores às de *Las Vegas*, a tradicional capital mundial do jogo, só em 2011 as receitas foram cerca de 25.8 mil milhões de euros². Aparentemente, todos os dados indicam um futuro muito positivo para Macau, mas quanto mais Macau cresce à base da indústria do jogo, mais se sente a dependência da sua economia nesta mesma indústria. Dependência que já está a provocar alguns problemas económicos e sociais para Macau. Socialmente verifica-se que uma grande parte da população activa de Macau está dependente (directa e indirectamente) da indústria do jogo, e é comum verificar-se casais que trabalham ambos no casino, o que pode causar graves problemas sociais caso no futuro a indústria do jogo venha a sofrer alguma oscilação. Além disso, atraído pelos elevados salários da indústria do jogo, muitos jovens após terminarem o ensino secundário optam por entrar no mercado de trabalho, abdicando de uma formação superior, o que faz com que Macau tenha um baixo número de mão-de-obra qualificada, comparando com as principais cidades vizinhas. Quanto ao aspecto económico, a dependência do jogo deu origem à desertificação de outros sectores económicos não ligados ao jogo. E no que toca ao turismo, que é o sector económico

¹ No 12º Planeamento Quinquenal do Estado (2011-2015), China reforça o seu apoio no desenvolvimento destes dois papéis em Macau.

² De acordo com a Direcção de Serviços de Estatísticas e Censos (DSEC), as receitas brutas do jogo em 2011 foi de MOP \$269.058 milhões de patacas.

principal de Macau, na realidade está dependente do número de jogadores que vêm da China continental. Mais, num estudo recente sobre a competitividade entre as cidades chinesas, devido à extrema dependência do jogo, Macau desceu 2 lugares neste ranking em relação a 2010³. Num futuro próximo não se prevê que a indústria de jogo de Macau sofra alguma quebra, mas a emergência de concorrência em países vizinhos (como a Singapura e Vietname, entre outras) ou uma eventual mudança de política do governo central chinês podem por em causa a indústria do jogo num futuro mais distante, o que pode originar graves problemas económicos e sociais para Macau.

No que diz respeito ao segundo papel, o da Plataforma de Serviços de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, apesar de em 2003 ter-se inaugurado em Macau o Fórum de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países da Língua Portuguesa⁴ (Fórum de Macau) e de a partir daí ter-se realizado diversas iniciativas em prol do desenvolvimento das relações económicas entre a China e os país lusófonos, este papel da Plataforma em Macau ainda não conseguiu desenvolver toda a sua potencialidade, tanto em termos de cooperação internacional, como em termos de desenvolvimento da economia de Macau. Pois em termos de cooperação internacional a Plataforma ainda está numa fase de divulgação a partir de operações de charme e em termos de desenvolvimento da economia de Macau, as vantagens que Macau apresenta (de acordo com Lee⁵, 2009) nomeadamente a partilha da mesma língua, cultura e história com os países lusófonos, a vantagens do sistema legal (“Um País Dois Sistemas”), os *networks* políticos e económicos, o acesso ao mercado chinês e o grande suporte político por parte de Pequim, não parecem ser suficientemente atractivas para atrair empresas destes países a Macau, o que faz com que a economia de Macau ainda não consiga beneficiar das potencialidades deste papel. Neste sentido, para potencializar este segundo papel, há que desenvolver algo que possa maximizar as potencialidades desta Plataforma, e o desenvolvimento de um **Cluster de Serviços para a Cooperação Económica entre os Países lusófonos e a China em**

³ Fonte: Jornal Tribuna de Macau (<http://www.jtm.com.mo/view.asp?dT=393203005>).

⁴ Para além da China, fazem parte do Fórum de Macau os seguintes países membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor. São Tomé e Príncipe não é membro do Fórum de Macau, uma vez que não tem relações diplomáticas com China.

⁵ Lee Peng Hong – Ex-Presidente do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM)

Macau, onde as empresas de países lusófonos possam encontrar em Macau um conjunto de serviços empresariais (*business services*) essenciais para poderem dar início à sua internacionalização no mercado chinês, particularmente na Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas, ou promoverem os seus projectos nacionais aos investidores chineses, pode ser uma solução viável. Devido às características do conceito de *Cluster*, com o seu desenvolvimento, para além de poder tornar a Plataforma mais atractiva perante as empresas de países lusófonos, também poderá trazer benefícios para a economia de Macau, podendo assim o segundo papel de Macau tornar-se numa séria alternativa ao modelo de desenvolvimento económico de Macau baseado na indústria do jogo.

1.2. Objectivo da Dissertação

Tendo em consideração a importância do tema, a presente dissertação terá como objectivo geral averiguar a **viabilidade do desenvolvimento de um *cluster* de serviços para a cooperação económica entre os países lusófonos e a China em Macau**. Como Michael Porter, um dos principais académicos sobre esta matéria, afirma: “*é muito difícil desenvolver um cluster numa região a partir do zero*” (Porter, 1990). Neste sentido para conseguir atingir o objectivo geral será necessário responder às seguintes questões:

1. Será que existe em Macau elementos que podem constituir um *cluster* de serviços proposto?
2. Será que Macau tem um ambiente económico favorável para o desenvolvimento do *cluster* de serviços proposto?
3. É possível desenvolver um *cluster* de serviços em Macau a partir das condições existentes?

2. Revisão de Literatura

2.1. O Conceito de *Cluster*

2.1.1. Definição de *Cluster*

Tendo em consideração que Michael Porter, foi a pessoa que popularizou, se não inventou, o termo *cluster* (Cortright, 2006) nos anos 90 do século passado, tendo também em consideração que os seus estudos sobre *cluster* provarem ser os mais influentes e a sua teoria de *cluster* ser considerado o conceito base nesta área de estudos (Martin e Sunley, 2002), para podermos saber o que é um *cluster* temos de inevitavelmente começar pela interpretação do conceito de *cluster* de Michael Porter.

De acordo Michael Porter (2008) *cluster* é uma aproximação geográfica de um grupo de empresas interligadas e instituições associadas de uma determinada área, ligados por comunicações e complementaridades. No que diz respeito ao âmbito geográfico, um *cluster* pode variar desde uma cidade para um estado ou de um país para uma ligação de vários países vizinhos. Além disso *cluster* também pode ser verificado tanto em economias grandes como pequenas, tanto em países desenvolvidos como em países em vias de desenvolvimento, tanto em áreas rurais como em áreas urbanas. Mais, *cluster* pode ocorrer em diferentes tipos de indústria, seja ela de grandes ou pequenas dimensões ou mesmo até em pequenos negócios locais. Para Porter, delimitar um *cluster* é um processo criativo que exige a compreensão das ligações e complementaridades mais importantes entre as empresas e instituições no que diz respeito à sua competitividade. Sendo que o limite dos *clusters* raramente vão de encontro com os sistemas de classificação de indústrias convencionais, ao delimitar um *cluster* deve-se abranger todas as empresas, indústrias e instituições com fortes ligações, sejam elas ligações verticais, horizontais ou institucionais.

Com o aparecimento e a popularização do conceito de *cluster*, muitos outros autores elaboraram as suas próprias definições de *cluster*, como podemos ver no Quadro 1. Mas apesar das diversas definições se verificarem algumas diferenças, podemos destacar que

todas as definições concentram-se em duas ideias principais, nomeadamente na concentração e a forte ligação entre as empresas numa mesma área geográfica.

Quadro 1 – Definições de Cluster

Autores	Definições
Crouch e Farrell (2001)	O conceito mais geral do conceito de <i>cluster</i> sugere algo mais flexível: a tendência de empresas com tipos de negócio semelhantes de se localizarem juntos, embora não tenham uma presença particularmente importante numa área.
Ronsenfeld (1997)	Um <i>cluster</i> é usado para representar as concentrações de empresas que são capazes de produzir sinergia devido à sua proximidade geográfica e da interdependência.
Feser (1998)	<i>Clusters</i> económicos não são apenas indústrias e instituições relacionados e que apoiam entre si, mas sim indústrias e instituições relacionados e que apoiam entre si que são mais competitivos em virtude da sua relação.
Swann e Prevezer (1996)	<i>Clusters</i> são definidos como um grupo de empresas de uma determinada indústria baseadas numa área geográfica.
Swann e Prevezer (1998)	<i>Cluster</i> significa um grande grupo de empresas dentro de uma indústria num lugar particular.
Simmie e Sennett (1999)	Definimos um <i>cluster</i> como um grande número de empresas industriais e ou de serviço interligados que têm um elevado grau de colaboração, tipicamente através de uma cadeia de fornecimento, e operando sob as mesmas condições de mercado.
Roelandt e Den Hertag (1999)	Os <i>clusters</i> podem ser caracterizados como redes de produtores de empresas fortemente interdependentes (incluindo fornecedores especializados) ligadas entre si em uma cadeia de produção de valor acrescentado.
Van den Berg, Braun e Van Winden (2001)	O popular termo de <i>cluster</i> está mais relacionada com a dimensão local ou regional das redes... A maioria das definições compartilham a noção de <i>clusters</i> como redes localizadas de organizações especializadas, cujos processos de produção estão ligados através da troca de bens, serviços e / ou conhecimento.

Fonte: Adaptado de Martin & Sunley (2002)

2.1.2. Dimensões do Cluster

Para perceber o conceito de *cluster* é necessário entender a multidimensionalidade do mesmo (Cortright, 2006). Mas uma vez que o conceito *cluster* é muito elástico (Martin e Sunley, 2002), para além de algumas dimensões referidas por Michael Porter na sua definição de *cluster*, outros autores tiveram também as suas próprias interpretações sobre as dimensões do *cluster*.

Segundo Edward Feser (2004) *cluster* tem três dimensões, nomeadamente: o ciclo de vida, ou seja, o aparecimento, a emergência e a decadência do *cluster*; a ligação, entre as empresas; e a geografia, tanto a nível regional como a nível nacional.

Num outro estudo sobre *clusters*, Christian Ketels (2003) considera que é possível identificar quatro dimensões nos *clusters*. A primeira dimensão diz respeito ao tipo de produto ou serviço que eles fornecem, dando como exemplos os *clusters* de automóveis, *clusters* de serviços financeiros, *clusters* de turismo, etc. A segunda dimensão, tem a ver com a dinamização da localização das empresas, tendo em consideração que há empresas que têm necessidade de estar numa determinada localidade ou região, devido à sua ligação com os seus consumidores alvos ou devido à proximidade de recursos naturais, e há empresas que podem estar mais livres na escolha da localidade ou região devido à natureza da sua empresa, assim os respectivos *clusters* também ficam condicionados no que diz respeito à localização. A terceira dimensão que o autor sugere é a fase de desenvolvimento do *cluster*, pois para Ketels, o *cluster* não é um fenómeno que aparece e desaparece de dia para a noite, os *clusters* desenvolvem-se ao longo do tempo. Por fim, o autor considera que a quarta dimensão tem a ver com o ambiente de negócio que o *cluster* está envolvido, ou seja, se o *cluster* está inserido numa região com uma economia mais desenvolvida ou menos desenvolvida.

Num estudo da autoria de Joseph Cortright (2006), onde fez uma revisão das principais literaturas sobre esta matéria, o economista apontou cinco das principais e as mais frequentes dimensões propostas pelos diversos autores. A primeira é a ligação industrial, ou seja, a relação de comprador-fornecedor entre as empresas de um *cluster*, onde umas empresas compram *inputs* às outras empresas para produzirem produtos ou serviços que podem ser vendidos tanto às empresas do mesmo *cluster* ou empresas e consumidores que estão fora do *cluster*. A segunda dimensão é a relação entre as empresas dentro do *cluster*, onde podem assumir uma relação de pura aglomeração económica em que as empresas competem entre si, uma relação de *network* em que tanto competem como cooperam entre si ou uma relação em que uma empresa mais poderosa dita as regras do relacionamento entre as empresas do *cluster*. A terceira dimensão é a extensão geográfica, em que conforme as características de cada *cluster* a

sua extensão geográfica pode variar desde uma pequena área dentro da cidade para uma região inteira. A quarta dimensão é o ciclo de vida do *cluster*, de acordo com o estudo de Cortright, há uma concordância geral entre as literaturas que os *clusters* têm um ciclo de vida em que nascem, depois emergem e por fim decaem. A última dimensão é a relação entre os participantes (empresas e outras entidades) do *cluster*, podendo entre eles existir uma relação informal ou formal de colaboração por iniciativa própria ou através de órgãos governamentais, no sentido de desenvolver o próprio *cluster*, tendo como objectivo a maximização dos benefícios dos participantes.

2.1.3. Cluster e o Crescimento Económico

Uma das razões que levou à popularidade do conceito de *cluster*, tanto entre os académicos como entre os decisores políticos, é o efeito positivo dos *clusters* na economia local, regional ou nacional. Apesar de ser Michael Porter a pessoa que popularizou o conceito de *cluster*, foi Alfred Marshall um dos primeiros a estudar as vantagens da aglomeração de indústrias numa determinada região. Para Marshall (1920) são três as vantagens da aglomeração da indústria: primeiro, com a concentração da indústria, pode proporcionar que origine um mercado de trabalhadores qualificados num determinado local, beneficiando assim tanto os trabalhadores (mais fácil de conseguirem emprego com melhores remunerações) como as empresas (mais fácil conseguirem trabalhadores qualificados); segundo, a concentração das indústrias numa localidade proporciona que as empresas tenham um acesso de serviços e de *inputs* dos seus fornecedores mais rápido e com menos custos; e terceiro, a aglomeração industrial proporciona uma melhor disseminação de conhecimentos entre as empresas.

Continuando de certo modo na lógica de Alfred Marshall, Michael Porter (2008) considera que o desenvolvimento do *cluster* afecta positivamente a criação de vantagem competitiva das empresas que estão dentro do *cluster* aumentando a sua produtividade, a sua capacidade de inovação e proporcionando a formação de novas empresas. No que diz respeito à produtividade, é possível às empresas dentro do *cluster* aumentá-las devido a várias razões, nomeadamente: O acesso a *inputs* e mão-de-obra especializada – pois estando as empresas localizadas numa mesma área geográfica proporciona que estas tenham um acesso mais rápido, fácil e de mais baixo custo aos *inputs* que podem

ser adquiridos às empresas dentro do *cluster*, pela mesma razão, também é mais fácil conseguir mão-de-obra especializada uma vez que com a aglomeração de empresas do mesmo ramo empresarial, proporciona à formação de um mercado de trabalhadores especializados na área geográfica onde fica localizado o *cluster*; O acesso à informação – uma vez que permite às empresas dentro do *cluster* terem acesso, de uma forma mais rápida, a mais baixo custo e por vezes exclusivas, às informações (do mercado, de tecnologia e outras informações especializadas) valiosas para o seu desenvolvimento, acumuladas no próprio *cluster*; A complementaridade – para Porter o *cluster* não só aumenta a produtividade das empresas permitindo o acesso a *inputs*, mas também facilitando a complementaridade entre as actividades dos participantes do *cluster*, dando como exemplo a coordenação e pressão interna que ajuda o aumento da qualidade dos produtos e serviços fornecidos, o efeito de marketing pela presença de um grupo de empresas correlacionadas que permite aumentar a reputação de um determinado local e o aumento da eficiência de compra permitindo aos compradores visitantes terem acesso a tudo que precisam numa só viagem; O acesso a instituições e bens públicos – investimentos feitos pelo governo ou instituições públicas, como infra-estruturas ou programas educacionais podem aumentar a produtividade das empresas, devido concentração de empresas e a sua visibilidade é mais fácil ao governo ou instituições públicas investirem nas localidades onde estão inseridos os *clusters*; E por fim, o incentivo e a medição do desempenho, com a concentração das empresas numa mesma área geográfica, é relativamente fácil uma empresa saber o desempenho das outras empresas do *cluster*, o que pode incentivar a uma rivalidade entre as empresas obrigando-as a aperfeiçoarem e tornarem-se mais produtivas. Quanto ao aumento da capacidade de inovação, tem muito a ver com a rivalidade entre as empresas referida já anteriormente, devido à competição dentro do *cluster*, empresas são obrigadas a inovarem-se no sentido de satisfazerem melhor os consumidores alvo em relação aos seus adversários. E quanto à formação de novas empresas, devido ao dinamismo existente no *cluster*, isto proporciona que haja um ambiente favorável a negócios, o que torna mais fácil e rápido a formação de novas empresas no *cluster*. Para Michael Porter todas estas razões ao contribuem para o aumento de vantagens competitivas das empresas que estão dentro do *cluster*, também contribuem para o aumento de vantagens competitivas da região onde está instalado o *cluster*, sendo assim quanto mais

desenvolvimento o *cluster* for, mais desenvolvido será a economia da região que o *cluster* está implantado.

Ketels (2003) complementa a ideia de Porter, considerando que o desenvolvimento de *cluster* é benéfico para as políticas públicas, pois a alta produtividade e inovação verificada nos *clusters* é crucial para manter o nível de sustentabilidade da prosperidade de uma região a longo prazo.

Em termos mais práticos, num estudo empírico mais recente feito por Porter e mais dois investigadores (Delgado, Porter e Stern, 2011) para além de conseguirem comprovar as vantagens mencionadas através de dados estatísticos, também concluíram que o crescimento do *cluster* está positivamente relacionado com aumento de emprego e de salários.

2.2. O Desenvolvimento do Cluster

2.2.1. Modelo de Diamante de Porter

Como já foi referido anteriormente, há uma concordância geral entre as literaturas que os *clusters* têm um ciclo de vida em que nascem, depois emergem e por fim decaem (Cortright, 2006). E esta evolução do *cluster* está na realidade fortemente relacionado com o modelo de diamante de Michael Porter. Como o próprio Porter afirma numa entrevista, *cluster* é um derivado do modelo de diamante (Snowdon e Stonehouse, 2006). E Sövell (2008) vai mais longe considerando que o funcionamento do modelo de diamante é como se fosse o motor para o crescimento do *cluster*. E no que diz respeito propriamente ao seu aparecimento, Porter (2008) considera que as raízes de um *cluster* podem ser encontradas em elementos do modelo de diamante já existente num determinado local. Sendo assim, para podermos conhecer a evolução de um *cluster* será necessário conhecer o Modelo de Diamante.

O modelo de diamante surge nos anos 90, do século passado, quando Michael Porter tenta saber porque é que alguns países têm mais sucesso que os outros. Para Porter (1990) a resposta para esta questão tem a ver com os quatro atributos que um país ou uma região possui, em que contribuem para a formação do ambiente económico, onde

- Geografia – tem um papel muito importante na indústria de serviços, nomeadamente em serviços onde é necessário o comprador deslocar-se ao local da empresa para usufruir do serviço;
- Mão-de-obra qualificada – se a qualificação da mão-de-obra não é muito significativa para a indústria manufactureira, no caso da indústria de serviços a situação é o contrário, dando como exemplo o fornecimento de serviços empresariais, onde a mão-de-obra qualificada é vital para a sua competitividade;
- Língua – muitos serviços necessitam de estabelecer uma boa comunicação com os compradores, o que torna a língua um elemento importante na indústria de serviços;
- Cultura – ou melhor, a habilidade de interagir com diferentes culturas também é um elemento importante para manter a competitividade num mercado cada vez mais internacional; e
- Tecnologia – com a introdução de novas tecnologias na indústria de serviços, nomeadamente dos sistemas de informação, pode fazer com que o fornecimento de serviços seja mais eficaz.

O segundo pilar do modelo de diamante são as condições de procura, ou seja, a procura interna dos serviços fornecidos pelas empresas de um país. Para Porter a procura interna é muito importante, na medida em que quanto mais sofisticado e mais exigente a procura interna for, mais exige que as empresas locais se melhorem para satisfazer as necessidades internas, e por esta necessidade de se tornarem melhores para satisfazer uma procura interna sofisticada, as empresas tornam-se mais competitivas internacionalmente, o que contribui para a vantagem competitiva de um país. O terceiro pilar do modelo são as indústrias relacionadas e de suporte, para Porter a existência e a cooperação entre as empresas, com qualidade e competitivas, de diferentes indústrias, pode contribuir para a melhoria da competitividade das empresas, dando como exemplo a existência de fornecedores competitivos de sistemas de informação, pode melhorar o serviço das empresas de uma determinada indústria. Por fim, o último pilar, são as estratégias, estruturas e rivalidades empresariais, ou seja, o contexto em que as empresas são criadas, organizadas e geridas numa região ou país, para Porter as condições que uma região ou país oferece às empresas determina os seus objectivos,

estratégias, modo de gestão e a rivalidade entre as empresas, e por sua vez estes factores são cruciais para determinar a vantagem competitiva das empresas, assim quando uma região ou país oferece melhores condições para as empresas, mais competitivas estas se tornam, o que contribui para melhorar a competitividade do país. Para além dos quatro atributos do país que constituem os pilares do modelo de diamante, Porter acrescenta ao seu modelo mais dois elementos, o acaso e o governo. Começando pelo acaso, para além dos quatro pilares do modelo de diamante poderem influenciar o ambiente económico de um país ou região, o acaso também pode influenciar este ambiente, a diferença é que o acaso são circunstâncias incontrolláveis que ocorrem fora do alcance das empresas e muitas vezes do governo, como por exemplo, aparecimento de grandes invenções, decisões políticas de outros países, guerras, entre outras. Finalmente temos o governo, que excepto o acaso pode influenciar os quatro pilares do modelo de diamante, tanto positivamente como negativamente, através das suas políticas, legislação ou decisões.

2.2.2. Os Actores do Cluster

Para além do modelo de diamante, Porter (2008) também considera que a política apropriada para o desenvolvimento de um *cluster* é desenvolver-la numa localidade onde haja algo já existente. Sendo assim a existência, numa determinada localidade, de elementos que possam constituir os actores do *cluster* pode ser importante para este desenvolvimento.

De acordo com um estudo feito por Sölvell, Lindqvist e Ketels (2003) foram identificadas inicialmente cinco principais actores de um *cluster*, que foram nomeadamente: empresas, governo, comunidade de investigação, instituições financeiras e instituições para colaboração (colaboração entre os diferentes actores). Num estudo mais recente, Örjan Sölvell redefine os principais actores que identificou com os seus colegas anos antes, e acrescenta mais um actor. Assim para Sölvell (2008) são seis os principais actores de um *cluster*:

- Indústria, composta tanto por empresas a montante como a jusante de diferentes dimensões com fortes interligações;

- Instituições financeiras, que envolvem bancos tradicionais, bancos de investimento, capitais de risco, *private equity* e redes de apoio;
- Entidades públicas, tanto de nível nacional, regional ou local que estão envolvidas nas políticas de desenvolvimento económico, políticas regionais e políticas de ciência e tecnologias;
- Entidades académicas, que incluem universidades, instituições de investigação, escritório de transferência de tecnologia (*technology transfer office*) e parques de ciência e tecnologia;
- Organizações para a colaboração, que podem ser privadas ou privadas-públicas e que incluem organizações não-governamentais, associações de comércio, *networks* formais, organizações de *clusters*, etc.; e
- Media, onde os diferentes tipos de meios de comunicação social ajudam a divulgar as “histórias” à volta do *cluster* e ao mesmo tempo construir uma marca regional.

2.2.3. Ciclo de vida de um cluster

Voltando ao ciclo de vida do *cluster*, como foi mencionado anteriormente, está muito ligado ao funcionamento do modelo de diamante numa determinada indústria de um país. Para Porter (2008) o aparecimento de *cluster* coincide muitas vezes com a existência de um ou mais pilares do modelo de diamante numa determinada indústria, considerando que a existência de condições de factores o mais importante, na medida que motiva o surgimento de empresas e assim o aparecimento do *cluster*. Além dos quatro pilares, Porter também considera preponderante a influência do acaso no aparecimento dos *clusters*, ou seja, circunstâncias fora do alcance das empresas e do governo que podem determinar o aparecimento de *clusters*. De um modo geral a maior parte dos estudos sobre *cluster* concordam com o ponto de vista de Porter (1990, 2008) em que considera as condições de factores preponderantes para o aparecimento de *clusters* e que é muito difícil nascer um *cluster* numa localidade onde não haja alguma vantagem já existente. No que diz respeito à iniciativa de desenvolver um *cluster*, de acordo com Porter (1990), a iniciativa pode tanto vir da parte das empresas como do governo. Na mesma ordem de ideias, Sövell (2008) classifica de “*top-down*” as

iniciativas vindas do governo e “*bottom-up*” as iniciativas vindas de empresas ou intuições académicas.

Quanto ao desenvolvimento do *cluster*, Porter (2008) considera que não é garantido que com o aparecimento do *cluster* este irá se desenvolver, a seu ver o desenvolvimento de *cluster*, que pode demorar décadas, dependendo da eficácia do funcionamento do modelo de diamante em todos os seus pilares, chamando atenção para três situações importantes, a competitividade das empresas locais, o ambiente económico geral para a formação de novas empresas e mecanismos formais ou informais para juntar os actores do *cluster*. Pegando nesta última ideia, Sölvell, Lindqvist e Ketels (2003) propõem também a criação de Iniciativas de *Cluster* (*Cluster Initiatives*) para promover o crescimento do *cluster*, que são esforços organizados para promover o crescimento e a competitividade do *cluster* envolvendo empresas, governo e entidades académicas.

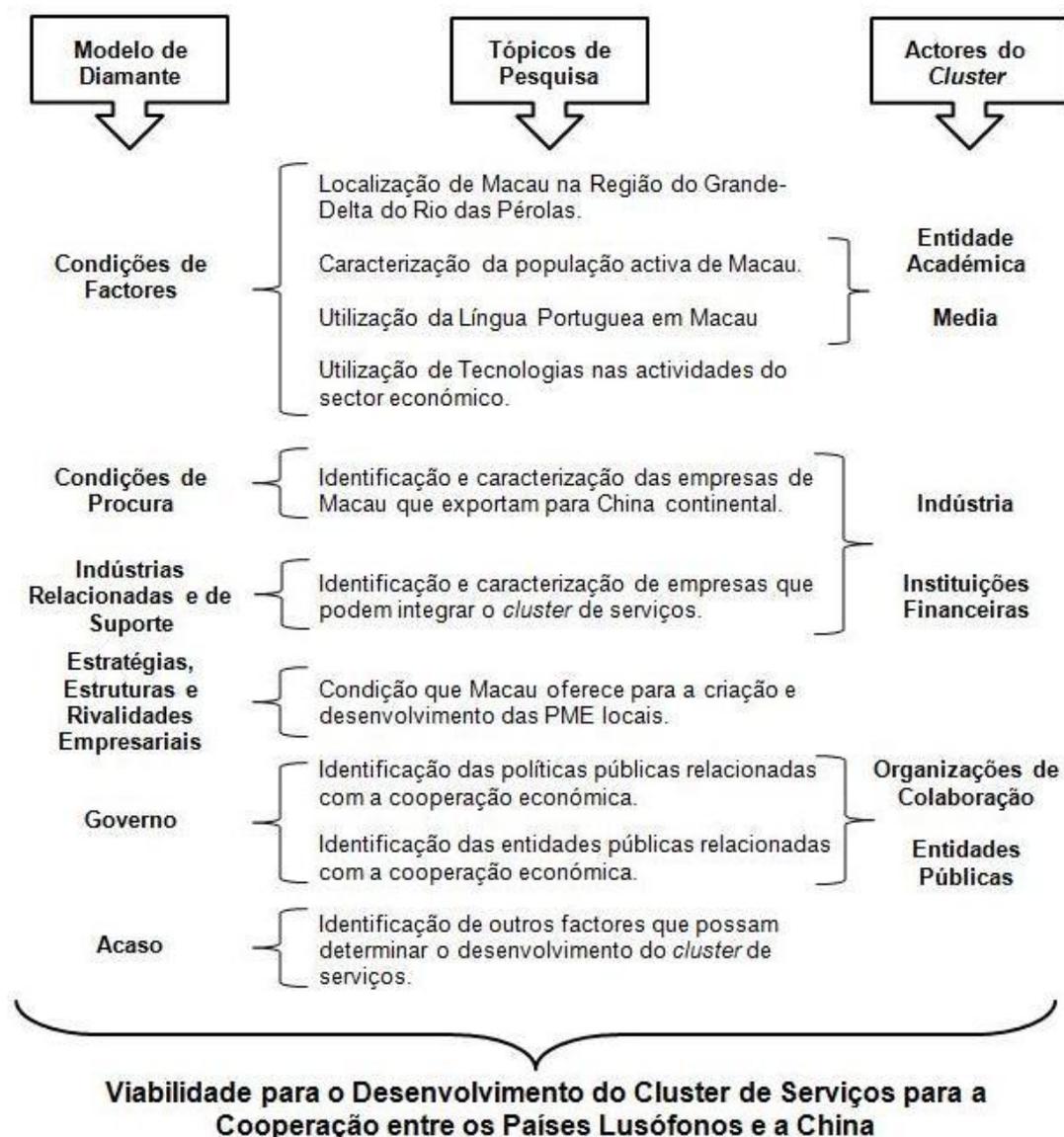
A última fase do *cluster* corresponde ao seu declínio, para Porter (2008) o declínio do *cluster* também tem a ver com o modelo de diamante e as razões para isto pode ser dividido em internas e externas. No que diz respeito às razões internas, com a maturidade do *cluster*, as empresas envolvidas tendem a entender-se cada vez melhor, o que pode originar a diminuição da rivalidade, e sendo que a rivalidade um dos pilares do modelo de diamante, o não funcionamento na totalidade do diamante pode causar o declínio do *cluster*. Quanto às razões externas, de acordo com Porter são diversas, um bom exemplo para o caso das indústrias de serviço é a mudança de necessidades dos compradores.

3. Metodologia

Como foi referido anteriormente na revisão de literatura, o sucesso do desenvolvimento de um *cluster* numa determinada região está ligado a dois principais factores: se a região proporciona um ambiente propício para o desenvolvimento de *cluster*, ou seja, se o modelo de diamante funciona na região; e se já existem actores que possam integrar no *cluster*. Neste sentido o modelo de análise apresentado (Figura 3) consiste na determinação de diversos tópicos de pesquisa, a partir dos elementos do modelo de diamante Porter (1990) e os actores de *cluster*, sugeridos por Sölvell (2008). A partir

destes tópicos, serão recolhidos os dados, através de documentos oficiais, estatísticas oficiais, artigos académicos e observação *in loco*, para serem analisados qualitativamente e quantitativamente, conforme os objectivos da dissertação. E de acordo com o resultado das análises será feita uma reflexão sobre a viabilidade para o Desenvolvimento do *Cluster* de Serviços para a Cooperação entre os Países Lusófonos e a China em Macau.

Figura 3 – Modelo de análise



Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com o modelo de análise foram definidas as seguintes hipóteses de pesquisa:

- H1: Macau não possui elementos que contribuem para um ambiente propício, nem possui nenhum actor que contribua para o desenvolvimento do *cluster* de serviços.

- H2: Macau possui elementos, mas não suficientes para contribuir para um ambiente propício, nem possui nenhum actor que contribua para o desenvolvimento do *cluster* de serviços.
- H3: Macau possui elementos suficientes que contribuem para um ambiente propício, mas não possui nenhum actor que contribua para o desenvolvimento do *cluster* de serviços.
- H4: Macau não possui elementos que contribuem para um ambiente propício, nem possui actores suficientes que contribuem para o desenvolvimento do *cluster* de serviços.
- H5: Macau possui elementos, mas não suficientes para contribuir para um ambiente propício, nem possui actores suficientes que contribuem para o desenvolvimento do *cluster* de serviços.
- H6: Macau possui elementos suficientes que contribuem para um ambiente propício, mas não possui actores suficientes que contribuem para o desenvolvimento do *cluster* de serviços
- H7: Macau não possui elementos que contribuem para um ambiente propício, mas possui actores suficientes que contribuem para o desenvolvimento do *cluster* de serviços.
- H8: Macau possui elementos, mas não suficientes para contribuir para um ambiente propício, no entanto possui actores suficientes que contribuem para o desenvolvimento do *cluster* de serviços.
- H9: Macau possui elementos suficientes que contribuem para um ambiente propício e possui actores suficientes que contribuem para o desenvolvimento do *cluster* de serviços.

Quadro 2 – Hipóteses de Pesquisa

		Ambiente propício para o Desenvolvimento do <i>Cluster</i> de Serviços (Modelo de Diamante)		
		Não possui elementos	Possui elementos, mas não suficientes	Possui elementos suficientes
Actores para o Desenvolvimento do <i>Cluster</i> de Serviços	Não possui nenhum actor	H1	H2	H3
	Possui actores mas não suficientes	H4	H5	H6
	Possui actores suficientes	H7	H8	H9

Fonte: Elaborado pelo autor

4. Recolha e Análise de Dados

4.1. Recolha de Dados

4.1.1. Localização de Macau na Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas

Sendo China um país de dimensões continentais, quando falamos da importância que Macau tem na cooperação económica entre os países lusófonos e a China, em termos de proximidade geográfica, não referimos a China como um todo, mas sim particularmente à Região do Delta do Rio das Pérolas (RDRP) ou, mais recentemente, à Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas (RGDRP), que cada vez tem mais influência na economia chinesa. (Figuras 4a, 4b e 4c anexos)

A RDRP é uma região importantíssima para China, em termos económicos, porque junta às Regiões Administrativas Especiais (RAE) chinesas de Hong Kong e Macau, a Zona Económica do Delta do Rio das Pérolas (constituídas por 9 cidades da província de Guangdong⁶), que é a par do Ciclo Económico de Bohai, com centro em Pequim e Tianjin, e da Zona Económica do Delta do Rio Yangtze, com centro em Shanghai, as três regiões económicas chinesas com maior crescimento económico (Oizumi, 2011). O conjunto destas três localidades, que forma a RDRP, apesar de só representar cerca de 0,5% da área geográfica da China e equivaler apenas a cerca de 3,7% da população chinesa, o seu PIB equivale a cerca de 12,9% do PIB chinês⁷. Com a concretização da cooperação económica “9+2”⁸ em 2004, para além das restantes cidades da província de Guangdong, é associada à RDRP mais oito províncias chinesas, formando assim a Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas (RGDRP), que equivalem cerca de 20,8% da área geográfica da China, 35,4% da população chinesa e 35,2% do PIB chinês (Quadro 3, anexos). Sendo Macau a parte integrante da RGDRP, torna a num local particularmente importante em termos de acesso geográfico a esta mesma região.

Tendo em consideração que Macau é uma península que fica junto à província de Guangdong, o acesso à RGDRP é feito essencialmente a partir desta mesma província,

⁶ As nove cidades são: Dongguan, Foshan, Guangzhou, Huizhou, Jiangmen, Shenzhen, Zhaoqing, Zhongshan e Zhuhai

⁷ Nota: PIB da República Popular da China não inclui Hong Kong nem Macau.

⁸ “9+2” Significa 9 Províncias + 2 Regiões Administrativas Especiais.

principalmente em duas vias, terrestre e marítima. No que diz respeito ao acesso via terrestre, Macau dispõe de duas passagens transfronteiriças de acesso a Zhuhai (província de Guangdong), tanto para passageiros como para cargas, um nas Portas do Cerco (aberto entre as 7:00 e 24:00) e outra na Ponte Flor de Lótus (aberto entre as 7:00 e 21:00). Além destas passagens transfronteiriças terrestres, ainda existe a passagem fronteiriça do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai-Macau, aberta 24 horas, mas apenas destinadas a indivíduos autorizados a entrar no mesmo parque. Quanto ao acesso via marítima para passageiros, Macau possui três terminais onde, conforme as companhias sediadas nos diferentes terminais, os passageiros podem ter acesso a Hong Kong, a várias cidades da província de Guangdong e aos aeroportos internacionais de Hong Kong e Shenzhen. No que diz respeito ao acesso via marítima para cargas, Macau possui três portos e um terminal de contentores que fazem ligação a Hong Kong e a diversas cidades de Guangdong. Quanto ao acesso via aérea, através do Aeroporto Internacional de Macau, passageiros e cargas podem chegar às principais capitais das províncias da RGDRP dentro de 3 horas de voo. Apesar de Macau não fornecer voos para todas as capitais das províncias da RGDRP, é possível aceder directamente aos aeroportos internacionais de Hong Kong e Shenzhen, como foi referido anteriormente, via marítima, com duração inferior a uma hora. Os três aeroportos em conjunto fornecem voos a todas as principais cidades chinesas em todos os dias da semana.

4.1.2. Caracterização da População Activa de Macau

De acordo com os dados oficiais (DSEC, 2012a) em 2011, o número de população activa foi de 336,3 mil, entre as quais 327,6 mil (97,4%) se encontra empregada. E dentro da população empregada, sendo Macau uma cidade virada para a indústria do turismo e jogo, a sua população activa está empregada principalmente na indústria do jogo (21,4%), nos hotéis e restaurantes (14,1%) e no comércio por retalho (9,6%). Salienta-se que a seguir a estes três principais ramos de actividade económica a população empregada encontra-se na construção e os serviços prestados às empresas, cada uma representando 8,6% e 8,5% da população empregada respectivamente (Figura 5, anexos). No que diz respeito ao nível de escolaridade da população activa, a maior parte dela (55,6%) tem como habilitações o ensino secundário. Quanto à população activa que possui formação superior corresponde a 24,1%, é de salientar que dentro da população

activa, a faixa etária entre 25 a 34 de idade, 42,1% têm formação superior, que é bastante superior a outras faixas etárias mais elevadas (Figuras 6a e 6b, anexos).

O maior número de indivíduos com formação superior, nesta faixa etária mais jovem, está muito relacionado com o aumento do número de instituições de ensino superior em Macau nas últimas décadas. De acordo com os dados oficiais (GAES 2011a; 2011b), em 2011, existem em Macau 10 instituições superiores, entre as quais 4 públicas e 6 privadas (Quadro 4, anexos). Em conjunto, no ano lectivo de 2010/2011, 32.543 alunos estavam inscritos nestas instituições e, em 2010, foram formadas 7.721 alunos, o que contribuíram para um melhoramento do nível de formação da população activa de Macau. Quanto às áreas de formação, salienta-se que em 2010 dos 7.721 indivíduos formados, 53,2% foram formados na área de comércio e gestão e 14,3% foram formados na área de turismo e jogo (Figura 7, anexos).

4.1.3. Utilização da Língua Portuguesa em Macau

De acordo com o artigo 9º da Lei Básica⁹ da RAEM para além da língua chinesa, o português também é considerada uma das línguas oficiais de Macau, e segundo o artigo 37º da Lei nº 9/2006¹⁰ “as escolas oficiais devem adoptar uma das línguas oficiais como língua veicular e proporcionar aos alunos a oportunidade de aprender a outra língua”. Apesar da importância dada pela legislação à língua portuguesa, na realidade o português não é muito utilizada em Macau, pois segundo os Censos de 2011 (DSEC 2012b), apenas 4.022 residentes de Macau (0,75% da população) utilizam o português como língua corrente e apenas 13.148 residentes (2,44% da população) dominam a língua portuguesa. O cenário ainda se torna pior ao compararmos com as outras línguas utilizadas em Macau, sendo que, a língua chinesa (inclui cantonense, mandarim e outros dialectos chineses) é a mais utilizada, mais do que 90% da população a domina e a utiliza como língua corrente, a seguir vêm o inglês e o tagalo¹¹, onde 21,11% e 2,56% da população as dominam respectivamente, e só a seguir é que vem o português na quarta posição (Quadro 5, anexos). Salienta-se no entanto que tanto o Governo de Macau como outras instituições, como o Instituto Português do Oriente, têm feito ao

⁹ Lei Básica é um documento com força constitucional na ordem jurídica interna da RAEM.

¹⁰ Lei nº 9/2006 - “Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior”.

¹¹ Uma das línguas oficiais das Filipinas.

longo dos anos a promoção da língua portuguesa, proporcionando formações de qualidade. Com os esforços desta instituições, de acordo com a DSEJ (2011), no ano lectivo de 2009/2010, 5.392 indivíduos participaram em cursos de português de diferentes níveis (Quadro 6, anexos).

Como consequência deste pouco domínio da língua portuguesa por parte da população de Macau, os media que utilizam o português também não são muitos. Na imprensa, das 45 publicações, de diversas periodicidades registadas em Macau, apenas 4 (3 diários e 1 semanário) são de língua portuguesa (Quadro 7a, anexos). E quanto à televisão e rádio, apenas existem dois canais de televisão e um canal da rádio que emitem programas em língua portuguesa (Quadro 7b, anexos). Salienta-se que a Teledifusão de Macau (TDM) tem empenhado em estabelecer cooperação com as estações da China e de países lusófonos, um bom exemplo é o canal por satélite “Ou Mun - Macau” que visa estabelecer uma plataforma entre a China e os países de língua portuguesa emitindo programas em mandarim, cantonês, português e inglês (TDM, 2012).

4.1.4. Utilização das Tecnologias nas Actividades do Sector Económico

No que diz respeito à utilização das tecnologias, segundo dados oficiais (DSEC, 2011a), em 2010, a taxa de utilização da tecnologia informática pelas actividades do sector económico de Macau foi de 48,7%, tendo como principais finalidades o processamento de texto (23,4%), arquivo (19,1%) e vendas (17,3%). Das empresas que utilizaram a tecnologia informática, 79,6% têm ligação à rede internet, através dos quais 35,6% pesquisaram informações, 18,0% fizeram compras e 16,3% vendaram produtos. Analisando por ramos de actividade económica, o sector do jogo foi aquele que teve uma taxa maior de utilização de tecnologias e ligação à internet, ambas a 100%. A seguir a este sector seguem as agências de viagem e o sector de serviços, onde a taxa de utilização de tecnologia foi de 98,9% e 82,5% respectivamente e a taxa de ligação à internet foi de 96,0% e 86,3% respectivamente.

Em termos de orçamento, de acordo com os mesmos dados oficiais, em 2010, apenas 10,7% das empresas tiveram um orçamento destinado às tecnologias de informática. E dentro destas empresas 85,6% têm um orçamento inferior a 50.000 patacas (cerca de

5.000 euros), ou seja, o escalão mínimo estabelecido pela DSEC. Salienta-se que as empresas que têm um orçamento superior a 200.000 patacas (cerca de 20.000 euros) concentram-se no sector do jogo (66,7%), hotéis (47,6%) e transportes, armazenagem e comunicação (27,5%).

4.1.5. Identificação e Caracterização das Empresas de Macau que Exportam para China Continental

As empresas de Macau que exportam para a China continental, dedicam-se a dois tipos de exportação, nomeadamente a exportação doméstica¹² e a reexportação¹³, no entanto em ambos os casos, China não é o seu destino principal, pois apenas representam 13,7% e 15,4% das exportações respectivamente (Figuras 8a e 8b, anexos). Empresas que se dedicam à exportação doméstica pertencem essencialmente à indústria transformadora de diversas categorias de produtos, destacando-se a indústria transformadora de vestuário, onde em 2011 (DSEC, 2012c) os seus produtos correspondiam a 7,9% do total da exportação doméstica de Macau para a China continental. Quanto às empresas que fazem a reexportação para a China continental, são constituídas essencialmente pelas empresas de importação e exportação, de acordo com os dados oficiais em 2011 (DSEC, 2012c), os produtos que se destacaram na reexportação para a China continental foram as matérias-primas e produtos semitransformados (48,2%), matérias têxteis (27,2%) e bens de consumo (15,4%).

No que diz respeito à dimensão, a maioria das empresas referidas anteriormente são consideradas PME¹⁴. Dando como exemplo a indústria transformadora, em 2010, 88,5% destas empresas empregavam menos de 30 pessoas (DSEC 2011b). Mais, segundo um estudo do IPIM (2009) sobre as PME de Macau, foram destacadas três principais características para estas empresas, nomeadamente: serem empresas familiares; o

¹² Definição de exportação doméstica segundo DSEC: “A saída da RAEM de quaisquer mercadorias com origem da RAEM”

¹³ Definição de reexportação segundo DSEC: “A saída da RAEM de quaisquer mercadorias previamente importadas, sem terem sofrido qualquer transformação, ou de mercadorias que tenham sofrido transformação sem, no entanto, terem adquirido a qualidade de origem da RAEM”

¹⁴ IPIM adoptou a definição de PME utilizada em Hong Kong, ou seja, são consideradas PME empresas com menos de 100 empregados no caso da indústria transformadora e no caso das empresas dos restantes sectores com menos de 50 empregados (IPIM, 2009).

trabalho ser de mão-de-obra intensiva; e o nível de inovação ser baixa, com modos de operação tradicionais.

4.1.6. Identificação e caracterização das Empresas de Macau que podem integrar o Cluster de Serviços

Tendo em consideração que o *Cluster* de Serviços para a Cooperação entre os Países Lusófonos e a China, proposto pelo presente trabalho, tem como um dos principais objectivos apoiar as empresas de países lusófonos a darem início à sua internacionalização no mercado chinês, a identificação dos sectores económicos que podem integrar este *cluster* também vai no sentido de identificar os sectores que podem ou têm potencialidade para ajudar este objectivo.

De acordo com Fernanda Ilhéu (2006) são três as principais dificuldades de factores ambientais externos para a internacionalização das empresas portuguesas na China, que são nomeadamente: a dificuldade de encontrar informação fidedigna; a adaptação a problemas de distância cultural e adaptação de práticas e éticas de negócio. Tendo em consideração que estas dificuldades são também provavelmente dificuldades para as empresas de outros países lusófonos, no sentido de as ultrapassar, será importante integrar as firmas de advogado, auditoria e consultoria no futuro *cluster* de serviços. De acordo com o Directório Comercial de Macau¹⁵ do IPIM, existem em Macau 34 firmas de advogado, 16 firmas auditoria e contas e 19 firmas de consultoria. Salienta-se que para além de muitas destas firmas possuírem experiência no mercado chinês e no mercado dos países lusófonos, muitas delas também empregam profissionais oriundos e formados em países lusófonos, principalmente de Portugal.

Quando falamos de cooperação económica, será também importante integrar no *cluster* de serviços o sector bancário. Até Maio de 2012, conforme a Autoridade Monetária e Cambial de Macau¹⁶ (AMCM) existem 29 bancos autorizados em Macau (Quadro 9, anexos). Salienta-se que dos bancos que operam em Macau apenas um é constituído por capitais locais, sendo o restante constituído por capitais de provenientes de oito países e

¹⁵ <http://www.ipim.gov.mo/pt/subpage.asp?include=search/index.htm> [Última pesquisa feita em 25/09/2012]

¹⁶ http://www.amcm.gov.mo/banking_sector/pBank.htm [Acedido em 20 de Setembro de 2012]

regiões, destacando-se os bancos com capitais da China, Portugal e Hong Kong, que têm em conjunto a maior quota de actividade da banca local (GCS, 2011).

Para além do que já foi referido, existem ainda em Macau um grande número de variedade de empresas da área do *business service* que podem integrar o futuro *cluster* de serviços, tais como empresas das áreas de tradução e interpretação, recursos humanos, publicidade, exposições e convenções, gestão de eventos, logística, marketing, entre outras. Por fim para além das empresas, salienta-se que em Macau existem ainda inúmeras câmaras de comércio, associações empresariais, associações profissionais e organizações de promoção de comércio que podem ser integrados no futuro *cluster* de serviços, que decerto contribuirão para o melhoramento da cooperação entre os diferentes actores do *cluster*.

4.1.7. Condições que Macau Oferece para a Criação e Desenvolvimento de PME Locais

Para que as PME locais possam ser criadas e desenvolvidas, Macau oferece antes de mais um sistema económico de mercado livre. Segundo um estudo sobre o grau de liberdade económica elaborada conjuntamente pela “*Heritage Foundation*” e o “*Wall Street Journal*”, em 2012¹⁷, Macau ficou classificado em 19º lugar entre 179 economias do mundo e 6º lugar na Ásia Pacífico, estando a frente de grandes economias como a Alemanha e Japão (detalhes da classificação ver figura 9, anexos).

Outra vantagem que as PME locais disfrutam é o sistema tributário simples com carga fiscal reduzida. Além disso Macau para estimular os investimentos fornece diversas medidas de incentivo a todos os interessados que queiram investir em Macau, como os incentivos fiscais¹⁸, com isenção de 50% a 100%, para o imposto complementar (sobre lucros), a contribuição predial urbana, a contribuição industrial e o imposto de consumo, bastando que as empresas satisfaçam pelo menos um dos seguintes critérios: promover diversificação económica, contribuir para o crescimento das exportações para novos mercados não contingentados, possibilitar o aumento do valor acrescentado na cadeia

¹⁷ Ranking da *Index of Economic Freedom* 2012 (<http://www.heritage.org/index/ranking>)

¹⁸ Detalhes na página do IPIM em:

http://www.ipim.gov.mo/business_macao_detail.php?tid=471&type_id=327

produtiva em que se integram e contribuir para a modernização tecnológica. No que diz respeito aos incentivos financeiros, há que referir que as empresas de Macau beneficiam do “Regime de Bonificação de Juros de Créditos para Financiamento Empresarial”, que tem como objectivo, através da concessão de bonificação de juros de créditos, encorajar mais empresas locais em aumentarem os seus investimentos no âmbito das suas actividades (Regulamento Administrativo n.º 16/2009 e n.º 10/2011). Depois ainda há o incentivo à diversificação de exportações¹⁹, em que as empresas registadas como operadores de comércio externo podem beneficiar de subsídios na promoção externa, que podem cobrir 50% a 100% das despesas como por exemplo as viagens, a produção de material promocional, a renda de recintos para exposição, entre outras. Para as PME em específico existe também o “Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas”²⁰ que tem como objectivo apoiar as PME nas obtenções de financiamentos bancários, através de prestação de garantia de créditos, onde a cada empresa beneficiária é concedido uma garantia de 70% de crédito bancário por si solicitado.

Para além de todos estes incentivos, é de salientar que para a protecção das empresas locais, Macau possui um regime jurídico de propriedade intelectual, que é constituído pelos seguintes diplomas: Regime Jurídico do Direito de Autor e o Regime Jurídico da Propriedade Industrial.

4.1.8. Identificação das Políticas Públicas Relacionadas com a Cooperação Económica

Com o estabelecimento da RAEM em 1999, Macau começa a fazer parte da R. P. China, apesar de ter um sistema aduaneiro autónomo, todas as políticas públicas de cooperação económica entre Macau e as outras províncias chinesas são estabelecidas pelo governo central chinês, cabendo a Macau a sua execução. E das políticas públicas de cooperação económica destacam-se três, nomeadamente a assinatura do “Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Continente Chinês Macau” (CEPA²¹), a assinatura do “Protocolo do Quadro de Cooperação da Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas” e a publicação das “Linhas Gerais do Planeamento

¹⁹ Detalhes na página do IPIM:

http://www.ipim.gov.mo/business_macao_detail.php?tid=469&type_id=327

²⁰ Detalhes na página da DSE:

http://www.economia.gov.mo/web/DSE/public?_nfpb=true&_pageLabel=Pg_SME_I&locale=pt_PT

²¹ O acordo é mais conhecido pela sigla “CEPA” – *Closer Economic Partnership Arrangement*

para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas 2008 – 2020”.

Começando com o CEPA, que é uma parceria de comércio livre entre a China continental e as duas regiões chinesas com sistema aduaneiro autónomo, ou seja, Hong Kong e Macau. Este acordo, que está em conformidade com as disposições legais da OMC, inclui essencialmente três domínios: comércio de mercadorias, comércio de serviços e facilitação do comércio e investimento. Salienta-se que o CEPA, que entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2004, tem vindo a alargar o âmbito da liberalização e enriquecendo do conteúdo, através da assinatura de vários suplementos ao acordo. No que diz respeito ao “Protocolo do Quadro de Cooperação da Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas”, com a sua assinatura em 3 de Junho de 2004, dá-se início oficial à cooperação entre as províncias e regiões da RGDRP, ou seja, Guangdong, Fujian, Jiangxi, Hunan, Guangxi, Hainan, Sichuan, Guizhou, Yunnan, mais as duas RAE de Hong Kong e Macau (Cooperação “9+2”). Ao abrigo deste protocolo foram criadas o Fórum para a Cooperação e Desenvolvimento da Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas e a Feira para a Cooperação Económica e Comercial que são eventos organizados anualmente desde 2004. Quanto às “Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas 2008-2020”, publicado em 8 de Janeiro de 2009, pelo Conselho Estatal para o Desenvolvimento e Reforma, tem como objectivo a consolidação da cooperação conjunta entre Guangdong, Hong Kong e Macau, no sentido de transformar até 2020, a Região do Delta do Rio das Pérolas na Megalópole mais dinâmica e competitiva do mundo.

No que diz respeito à cooperação entre Macau e os países lusófonos, sendo Macau parte integrante da China, o governo central chinês é o órgão que estabelece as políticas públicas de cooperação económica de Macau com estes países. E a principal política pública estabelecida foi a atribuição a Macau do papel da Plataforma de Serviços de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Dentro deste âmbito, foi criado em 2003, o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, que já proporcionou a realização de três conferências ministras, onde estiveram presentes os principais

membros do governo de cada país, e diversas iniciativas para o desenvolvimento da cooperação entre estes países.

4.1.9. Identificação das Entidades Públicas Relacionadas com a Cooperação Económica

Para executar e desenvolver as políticas públicas de cooperação económica, tanto com as províncias chinesas como com os países lusófonos, o governo de Macau atribuiu estas tarefas essencialmente a três órgãos, nomeadamente:

- Direcção dos Serviços de Economia (DSE);
- Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM); e
- Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (GASPF).

Em termos de cooperação económica, a DSE é o órgão que executa estas políticas dentro da RAEM assegurando o seu bom funcionamento, quanto ao IPIM, este promove as políticas de cooperação para o exterior com o objectivo de incentivar o investimento estrangeiro em Macau, por fim a GASPF tem um papel essencial de apoiar o Secretariado Permanente do Fórum de Macau.

4.1.10. Identificação de Outros Factores que possam Determinar o Desenvolvimento do Cluster de Serviços

Ao longo do ponto 4.1. do presente trabalho, foram expostos vários factores que podem determinar o desenvolvimento do *cluster* de serviços, nomeadamente aqueles que estão ligados a aspectos geográficos, sociais, económicos e políticos de Macau ou China. No entanto há outros factores fora deste âmbito que podem ditar o desenvolvimento do *cluster* de serviços, e que na minha opinião são nomeadamente a: emergência dos países lusófonos, a situação difícil da economia europeia e o legado da relação diplomática da China com os PALOP.

Sendo que o sucesso do desenvolvimento *cluster* de serviços, proposto pelo presente trabalho, depende muito da sua utilização por parte das empresas de países lusófonos, a

emergência do Brasil e Angola e o crescimento económico estável de Moçambique, Cabo Verde e Timor-Leste poderão contribuir para que criem condições para o aparecimento de empresas, nestes países, capazes de procurar o mercado externo. Quanto à situação difícil da economia europeia, pode fazer com que os países lusófonos que tradicionalmente tenham relações económicas com a Europa, através de Portugal, e próprio Portugal, queiram procurar novos mercados e investidores noutros continentes, como a China. Por fim, as relações diplomáticas antigas entre a China e os PALOP, que tiveram já início antes da independência destes, quando a China os apoiavam no seu movimento de independência, faz que com as relações económicas entre os PALOP e China sejam mais sólidas, o que é benéfico para o *cluster* de serviços. Tudo isto poderá aumentar o interesse dos países lusófonos ao *cluster* de serviços, e daí contribuir para o seu desenvolvimento.

4.2. Análise dos dados Recolhidos

4.2.1. Na Perspectiva do Modelo de Diamante

Analisando os dados recolhidos na perspectiva do Modelo de Diamante, começando com as Condições de Factores, podemos dizer que em termos geográficos, o facto de Macau se localizar junto da RGDRP e de ter diferentes vias de transporta que ligam a esta região é de facto um aspecto importante para o desenvolvimento do *cluster* de serviço, no entanto salienta-se que o facto de estas vias não estarem abertas 24 horas por dia, pode ser considerado um aspecto menos positivo. Quanto à mão-de-obra qualificada, tendo consideração que 24,1% da população activa de Macau têm formação superior, que a população activa mais jovem tem uma formação melhor do que a população das faixas etárias mais elevadas e que o número de estabelecimentos de ensino superior de Macau tem aumentado nas últimas décadas, formando maioritariamente alunos na área de comércio e gestão, torna o aspecto da mão-de-obra qualificada de Macau num factor positivo. No que diz respeito à língua e a cultura, o facto de apenas 2,44% da população dominar a língua portuguesa e desta ser apenas a quarta língua mais falada em Macau, é de facto um aspecto muito negativo, pois para além da língua ser pouco utilizada, o não domínio do português também torna difícil a compreensão das culturas dos países lusófonos por parte da população. No entanto o

facto de Macau ter em vigor uma legislação que protege e promove o português e o facto de poder encontrar em Macau cursos de português, em quantidade e qualidade, pode atenuar o facto da pouca expressão da língua portuguesa em Macau. Quanto às tecnologias, a baixa taxa de utilização de tecnologias nas empresas, o baixo orçamento das empresas destinado à tecnologia e o facto das PME locais terem um nível de inovação baixo, parece ser o aspecto mais negativo dentro das condições de factores. Mas em suma podemos dizer que, apesar de alguns pontos negativos, existem em Macau as condições de factores necessárias que podem contribuir para o desenvolvimento do *cluster* de serviços.

Seguindo para o segundo pilar do modelo, condições de procura, podemos dizer que não é uma vantagem para o desenvolvimento do *cluster*, pois apesar das empresas, que podem vir a usufruir do *cluster* de serviços, terem uma vasta experiência em exportar para a China, o facto do mercado chinês não ser o seu principal destino e o facto das PME de Macau apresentarem características negativas como serem empresas familiares com trabalho de mão-de-obra intensiva e de terem um nível de inovação baixo, torna-as menos exigentes para com os serviços fornecidos pelo *cluster*. E isto pode contribuir para um desenvolvimento menos saudável do *cluster* de serviços, principalmente na sua fase de arranque.

No que diz respeito às Indústrias Relacionadas e de Suporte, podemos dizer que pelo facto de já existir em Macau de um grupo grande e interessante de empresas, de diferentes ramos de actividade, que podem integrar no *cluster* de serviços e pelo facto de muitas destas empresas terem já um laço de ligação aos países lusófonos, tanto pelas suas actividades como através dos seus profissionais, poderá tornar o *cluster* de serviços algo mais facilmente concretizável. Além disso, a existência em Macau de câmaras de comércio, associações empresariais e organizações de promoção do comércio, também contribui para a harmonia e desenvolvimento do *cluster*.

Passando para o último pilar do modelo de diamante, Estratégias, Estruturas e Rivalidades Empresariais, podemos dizer que as condições que Macau oferece para a criação e desenvolvimento de actividades das empresas são bastante boas, desde o

ambiente de mercado livre, ao sistema tributário simples e aos incentivos de investimento. Acrescentando a isso tudo o sistema jurídico que protege a competitividade das empresas. Tudo isto poderá contribuir para a criação, desenvolvimento e competição entre as empresas que constituem o *cluster* e assim contribuir para um saudável desenvolvimento do mesmo.

Depois dos pilares, passamos para os dois elementos que faltam. Começando pelo Governo, onde temos de analisar a dois níveis, o governo central chinês e o governo local de Macau. No que diz respeito ao governo chinês, pelas políticas públicas que traçou para Macau, tanto em termos de cooperação com da RGDRP, como em termos de atribuir a Macau o papel de elo de ligação entre a China e os países lusófonos, podemos dizer que o governo chinês está bastante empenhado em tornar Macau numa Plataforma de Serviços de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. No que diz respeito ao governo de Macau, podemos dizer que está empenhado em executar as políticas que o governo central chinês traçou. No entanto, no que diz respeito à plataforma, parece que faltam políticas e estratégias mais concretas, por parte do governo chinês e de Macau respectivamente para atrair a vinda de empresários de países lusófonos a Macau. Por fim, quanto ao acaso, os factores apresentados no ponto 4.1.10. do presente trabalho parecem realmente poder contribuir para o sucesso do *cluster* de serviços.

Para concluir a análise na perspectiva do modelo de diamante, podemos dizer que existem em Macau todos os elementos necessário para o desenvolvimento do *cluster* de serviços, apesar de haver aspectos menos positivos como as fracas condições de procura ou a pouca utilização da língua portuguesa, podemos considerar que Macau possui um ambiente propício para o desenvolvimento do *cluster* de serviços.

4.2.2. Na Perspectiva dos Actores do Cluster

Analisando os dados recolhidos na perspectiva dos Actores do Cluster, podemos dizer que existem em Macau todos os actores que constituem um *cluster*. Conforme o quadro abaixo apresentado, apenas o media apresenta aspecto negativo, devido ao número reduzido de media em língua portuguesa, no entanto a sua qualidade e o seu

desempenho no desenvolvimento da cooperação entre os países lusófonos e China, poderá compensar este aspecto negativo.

Quadro 9 – Actores do *cluster* existente em Macau

Actores	Existe em Macau?	Observações (+) Aspectos positivos (-) Aspectos negativos
Entidade Académica	Sim	(+) Formam grande número de alunos na área de comércio e gestão.
Entidades Públicas	Sim	(+) Tem entidades próprias para lidar com a cooperação económica.
Industria	Sim	(+) Muitas empresas que fazem parte da indústria e das instituições financeiras têm laços com países lusófonos.
Instituições financeiras	Sim	
Media	Sim	(-) Poucos media em língua portuguesa
		(+) Há cooperação com os media de países lusófonos e províncias chinesas
Organizações de Colaboração	Sim	(+) Existem diversas entidades que podem desempenhar este papel, tais como as Câmaras de comércio, associações empresariais e organizações de promoção do comércio. Além das referidas ainda existem instituições públicas que podem desempenhar esta função, como a IPIM, DSE e GASPF.

Fonte: Elaborado pelo autor

Em suma, tendo em consideração que em Macau existem todos os actores que constituem um *cluster* e que a grande maioria apresenta aspectos positivos, podemos dizer que estes actores poderão contribuir para o sucesso do desenvolvimento do *cluster* de serviços.

4.2.3. Na Perspectiva das Hipóteses de Pesquisa

Conforme a análise dos dados recolhidos nas perspectivas do Modelo de Diamante e dos Actores do Cluster, podemos dizer que foram encontrados elementos que podem contribuir para um ambiente propício e actores que podem integrar o *cluster* de serviços, sendo assim as hipóteses H1, H2, H3, H4 e H7 ficam automaticamente rejeitadas. E tendo em consideração que da análise foi concluído que tanto os elementos que contribuem para um ambiente propício como os actores encontrados são suficientes para o desenvolvimento do *cluster* de serviços, assim a única hipótese de pesquisa que não

foi rejeitada foi a H9: Macau possui elementos suficientes que contribuem para um ambiente propício e possui actores suficientes que contribuem para o desenvolvimento do *cluster* de serviços.

Quadro 10 – Hipóteses de Pesquisa – Resultados

		Ambiente propício para o Desenvolvimento do <i>Cluster</i> de Serviços (Modelo de Diamante)		
		Não possui elementos	Possui elementos, mas não suficientes	Possui elementos suficientes
Actores para o Desenvolvimento do <i>Cluster</i> de Serviços	Não possui nenhum actor	H1 Rejeitado	H2 Rejeitado	H3 Rejeitado
	Possui actores mas não suficientes	H4 Rejeitado	H5 Rejeitado	H6 Rejeitado
	Possui actores suficientes	H7 Rejeitado	H8 Rejeitado	H9 Não Rejeitado

Fonte: Elaborado pelo autor

5. Conclusão

Após análise de todos os dados que foram recolhidos concluiu-se que Macau não só possui elementos (Modelo de Diamante) suficientes que contribuem para um ambiente propício para o desenvolvimento do *cluster* de serviços, como também existem actores suficientes para o mesmo objectivo. No entanto tanto no modelo de diamante como nos actores, foram encontrados aspectos negativos que podem prejudicar o desenvolvimento do *cluster* de serviços em Macau. Na minha opinião, estes pontos negativos que foram encontrados, existem porque o *cluster* de serviços ainda não se encontra em funcionamento, pois caso o *cluster* de serviços fosse uma realidade muitos desses pontos negativos podiam ser ultrapassados. Começando com a utilização do português, se no futuro o *cluster* de serviços vier a ser realidade em Macau, a língua portuguesa irá com certeza ganhar outra importância, tanto na sua utilização pela população como pelos media, e tendo Macau já instituições que fornecem formação em português de qualidade, não será difícil a sua promoção num curto espaço de tempo. O mesmo se

pode dizer para a fraca exigência das condições de procura, caso o *cluster* de serviços se tornar realidade e vier a ter a sua importância para a economia de Macau, decerto que o governo local irá através de incentivos fiscais e financeiros ou outras regalias (como já tem experiência em fazer) melhorar as PME de Macau tornando-as mais competitivas e exigentes.

Tendo Macau todas as condições para o desenvolvimento do *cluster* de serviços, parece-me que a única coisa que realmente está a faltar é uma iniciativa concreta para dar início a todo o projecto. Conforme foi referido na Revisão de Literatura, a iniciativa pode tanto vir da parte do governo, empresas ou instituições académicas, no entanto sendo o desenvolvimento do *cluster* de serviços em Macau um projecto bastante ambicioso que tanto vai influenciar as políticas de desenvolvimento de toda a RGDRP, como as políticas de relações externas da China com os países lusófonos, seja de onde vier a iniciativa esta terá de ser autorizada pelos órgãos máximos do governo central chinês. Perante este cenário, o maior obstáculo para o desenvolvimento do *cluster* de serviços em Macau é conseguir colocar esta ideia na agenda dos responsáveis máximos do governo central chinês, para primeiro ser discutido e depois autorizado.

Caso este obstáculo consiga ser ultrapassado, estou convicto que o *cluster* de serviços conseguirá desenvolver-se em Macau e contribuirá decerto para um desenvolvimento mais sustentável da economia Macaense, e não só, pois desenvolvida o *cluster* de serviços, esta irá provavelmente contribuir também para o desenvolvimento dos países lusófonos, tanto os que já estão mais desenvolvidos como aqueles que estão em vias de desenvolvimento.

Bibliografia

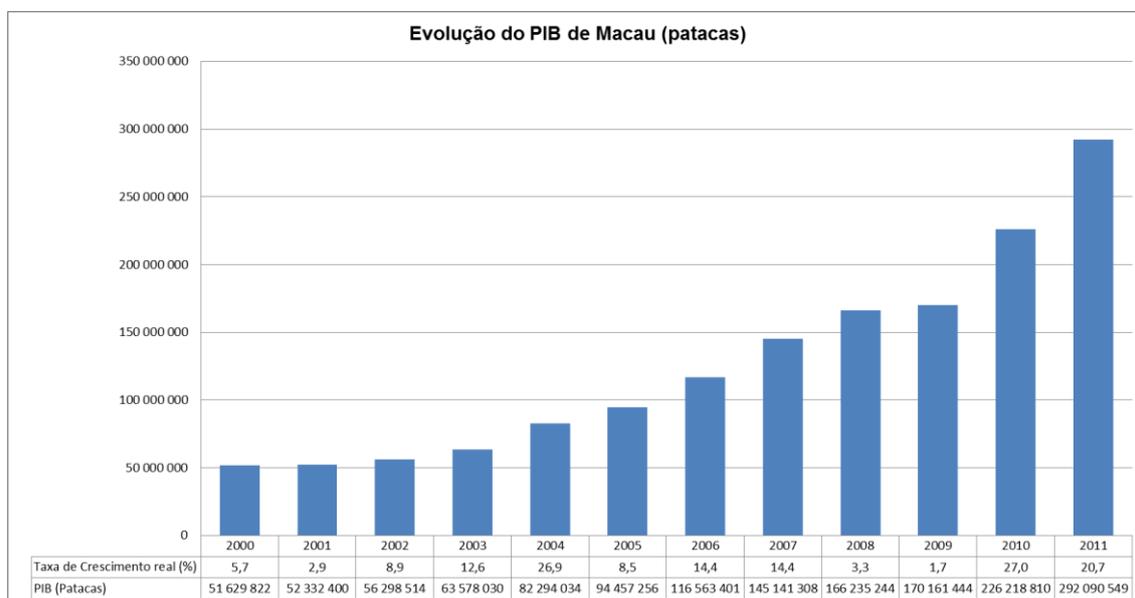
- Cortright, J.** (2006). *Making Sense of Clusters: Regional Competitiveness and Economic Development*. Washington DC, The Brookings Institution Metropolitan Policy Program [Online]. Disponível em:
http://www.brookings.edu/~media/research/files/reports/2006/3/cities%20cortright/20060313_clusters.pdf [Acedido em 15 de Fevereiro de 2012].
- DSEC** (2011a). *Utilização da Tecnologia Informática 2010*. Macau, Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.
- DSEC** (2011b). *Inquérito Industrial 2010*. Macau, Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.
- DSEC** (2012a). *Inquérito ao Emprego 2011*. Macau, Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.
- DSEC** (2012b). *Resultados dos Censos 2011*. Macau, Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.
- DSEC** (2012c). *Boletim Económico de Macau – Quarto Trimestre 2011*. Macau, Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.
- DSEC** (2012d). *Produto Interno Bruto 2011*. Macau, Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.
- DSEJ** (2011). *Vista Geral da Educação em Números, Educação em Números 2010/2011, Situação Educativa 2009/2010*. Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude.
- Delgado M., Porter M. & Stern S.** (2011). *Clusters, Convergence, and Economic Performance*. Boston, Institute for Strategy and Competitiveness – Harvard Business School [Online]. Disponível em:
http://www.isc.hbs.edu/pdf/DPS_Clusters_Performance_2011-0311.pdf
[Acedido em 15 de Fevereiro de 2012].

- Feser, E.** (2004). *Industry Clusters and Economic Development: A Learning Resource*. Community and Economic Development Toolbox [Online]. Disponível em: <http://works.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=1059&context=edwardfeser> [Acedido em 16 de Fevereiro de 2012].
- GAES** (2011a). *Relatório do Ensino Superior de Macau 2010*. Macau, Gabinete de Acesso ao Ensino Superior.
- GAES** (2011b). 澳門高等教育資料2010/2011年度教職員及學生人數 (Tradução do título: *Dados do Ensino Superior em Macau – 2010/2011 – Número de alunos e docentes*). Macau, Gabinete de Acesso ao Ensino Superior.
- GCS** (2011). *Macau 2011 - Livro do Ano*. Macau, Gabinete de Comunicação Social
- Ilhéu, F.** (2006). *A Internacionalização das Empresas Portuguesas e a China*. Coimbra, Edições Almedina.
- IPIM** (2009), 特許經營與澳門中小企業互動發展研究報告 (Tradução do título: *Estudo sobre o Negócio de Franchising e o seu Desenvolvimento Interactivo com as PME de Macau*). Macau, Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau [Online]. Disponível em: http://www.ipim.gov.mo/sme_resources_detail.php?tid=11036&type_id=1172 [Acedido em 19 de Julho de 2012].
- Ketels, C.** (2003). *The Development of the Cluster Concept – Present Experiences and Further Developments*. Boston, Institute for Strategy and Competitiveness – Harvard Business School [Online]. Disponível em: http://www.isc.hbs.edu/pdf/Frontiers_of_Cluster_Research_2003.11.23.pdf [Acedido em 15 de Fevereiro de 2012].
- Lee, P. H.** (2009). “Relações Económicas entre a China e os Países de Língua Portuguesa – Papel de Macau como uma Plataforma de Serviços”. In: Wei, D. *Os Países de Língua Portuguesa e a China num Mundo Globalizado*. Coimbra, Edições Almedina pp. 57-71.

- Martin, R. & Sunley, P.** (2002). “Deconstructing Clusters: Chaotic Concept or Policy Panacea?”. *Journal of Economic Geography*, volume 3, issue 1, pp. 5-35.
- Marshall, A.** (1920). *Principles of economics: an introductory volume*. 8th Edition, London, Macmillan, 1964.
- Ozimi, K.** (2011). “The Emergence of the Pearl River Delta Economic Zone - Challenges on the Path to Megaregion Status and Sustainable Growth”. *RIM Pacific Business and Industries*, Vol. XI, 2011 No. 41
- Porter, M.** (1990). *Competitive Advantage of Nations*. United Kingdom, Palgrave Macmillan, 1998.
- Porter, M.** (2008). *On Competition – Updated and Expanded Edition*. Boston, Harvard Business Press.
- Sövel Ö., Lindqvist G. & Ketels C.** (2003). *The Cluster Initiative Greenbook*. Stockholm, Bromma tryck AB.
- Sövel, Ö.** (2008). *Cluster - Balancing Evolutionary and Constructive Forces*. 2nd Edition, Stockholm, Ivory Tower Publishers, 2009.
- Snowdon, B. & Stonhouse, G.** (2006). “Competitiveness in a globalized world: Michael Porter on the microeconomics foundations of the competitiveness of nations, regions, and firms”. *Journal of International Business Studies*, (2006) 37, pp. 163-175.
- TDM** (2012). *Relatório de Actividades 2011*. Macau, Teledifusão de Macau
- Yeh, A. & Xu, J.** (2011). “Regional Cooperation in China’s Transitional Economy”. In: Yeh, A. & Xu, J. *China’s Pan-Pearl River Delta Regional Cooperation and Development*, Hong Kong, Hong Kong University Press, pp 1-12.

Anexos – Figuras

Figura 1 – Evolução do PIB de Macau



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da DSEC (2012d)

Figura 4a – Região do Delta do Rio das Pérolas



Fonte: http://www.sinolandquality.com/Blog/wp-content/uploads/2011/09/1269227620346_PRD_295352-prd.png

Figura 4b – Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas



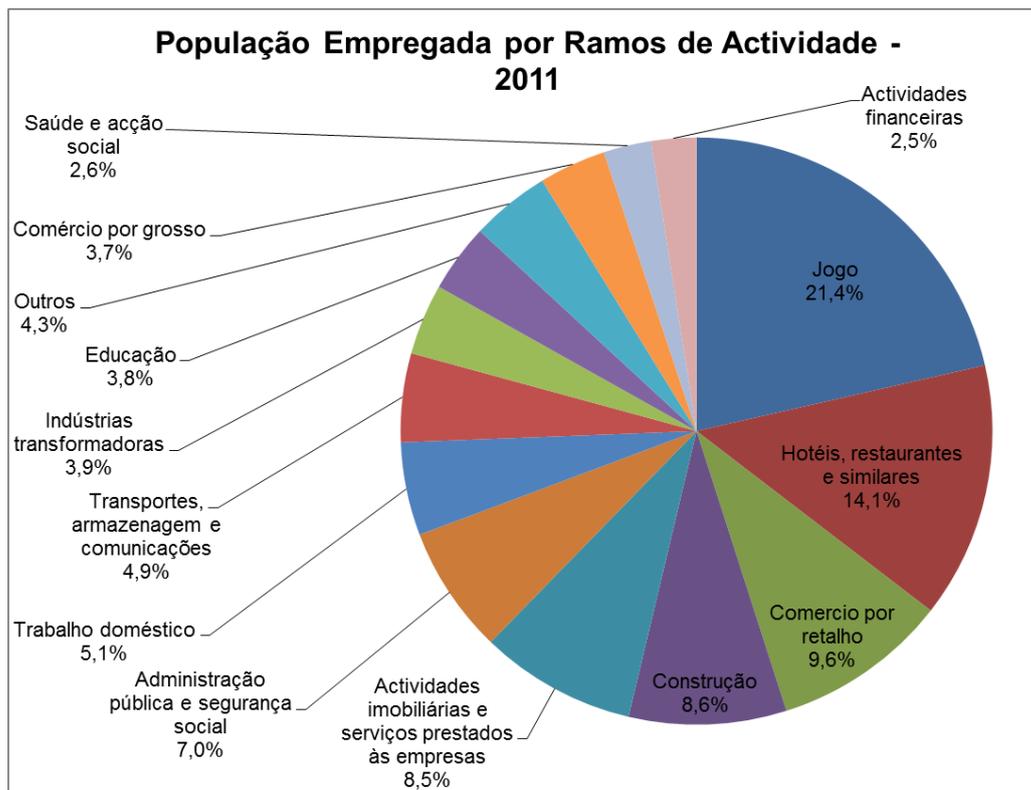
Fonte: Yeh, A. & Xu, J. (2011)

Figura 4c – Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas



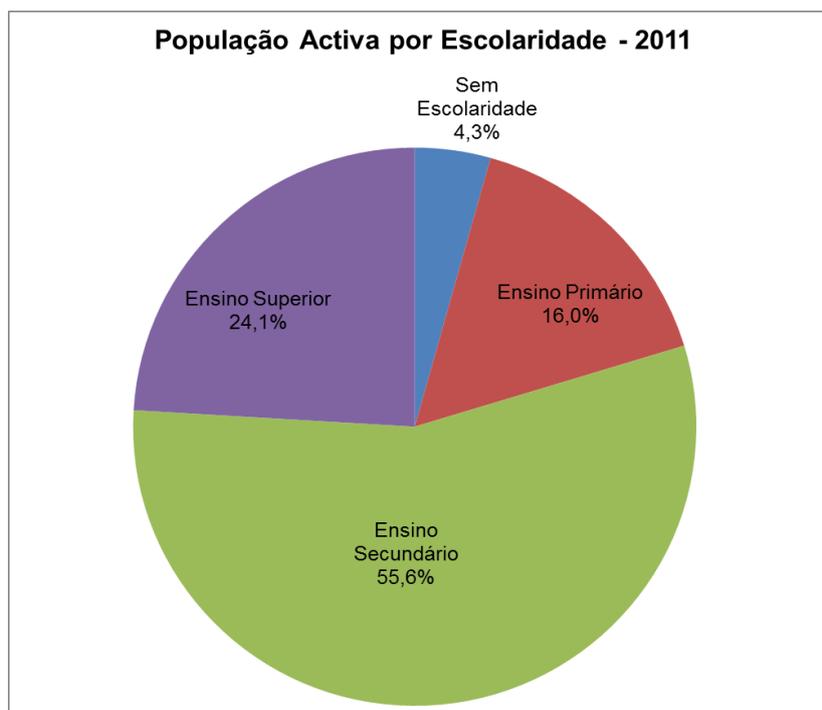
Fonte: Yeh, A. & Xu, J. (2011)

Figura 5 – População activa por ramos de actividade



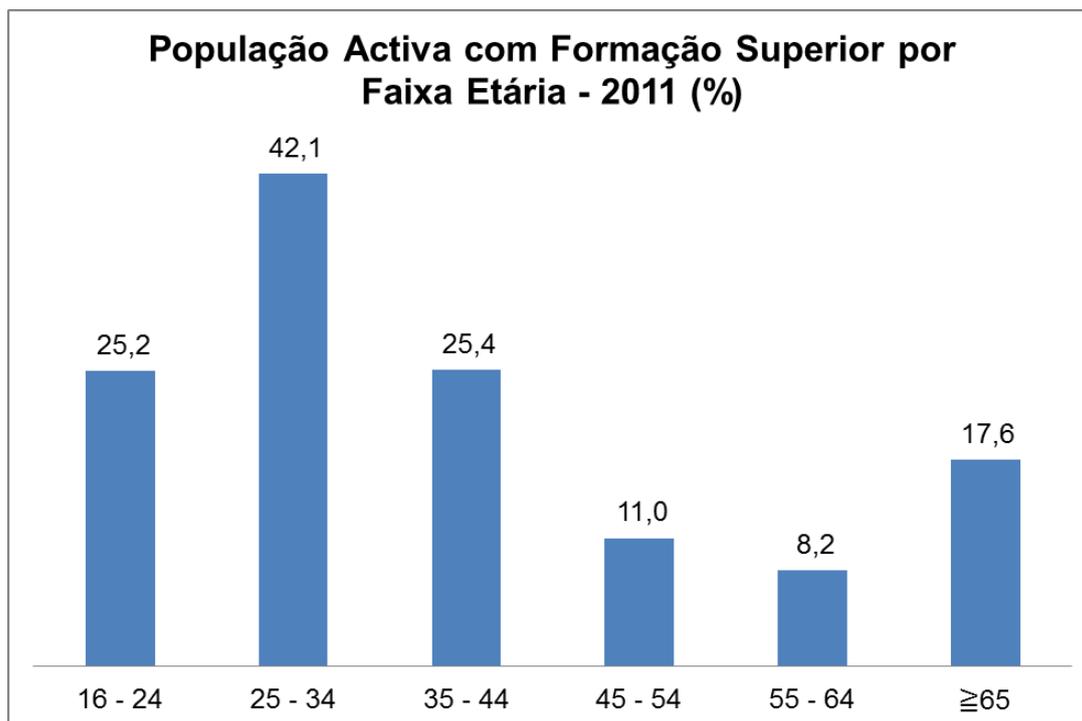
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da DSEC (2012a)

Figura 6a – População activa por escolaridade



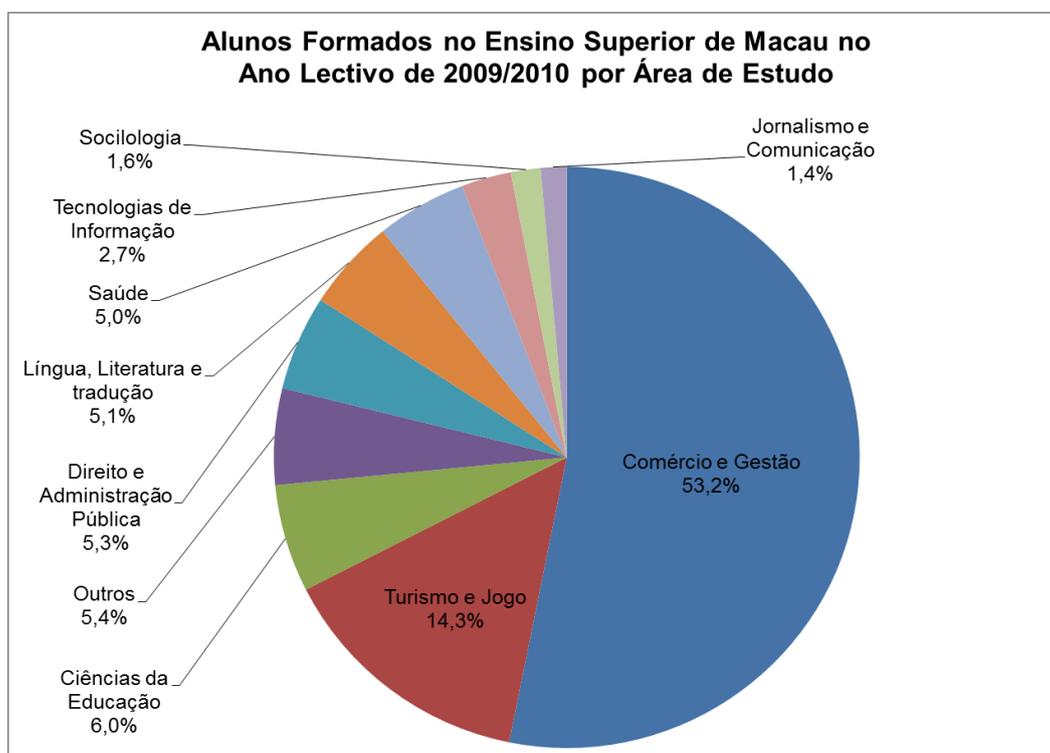
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da DSEC (2012a)

Figura 6b – População activa com formação superior



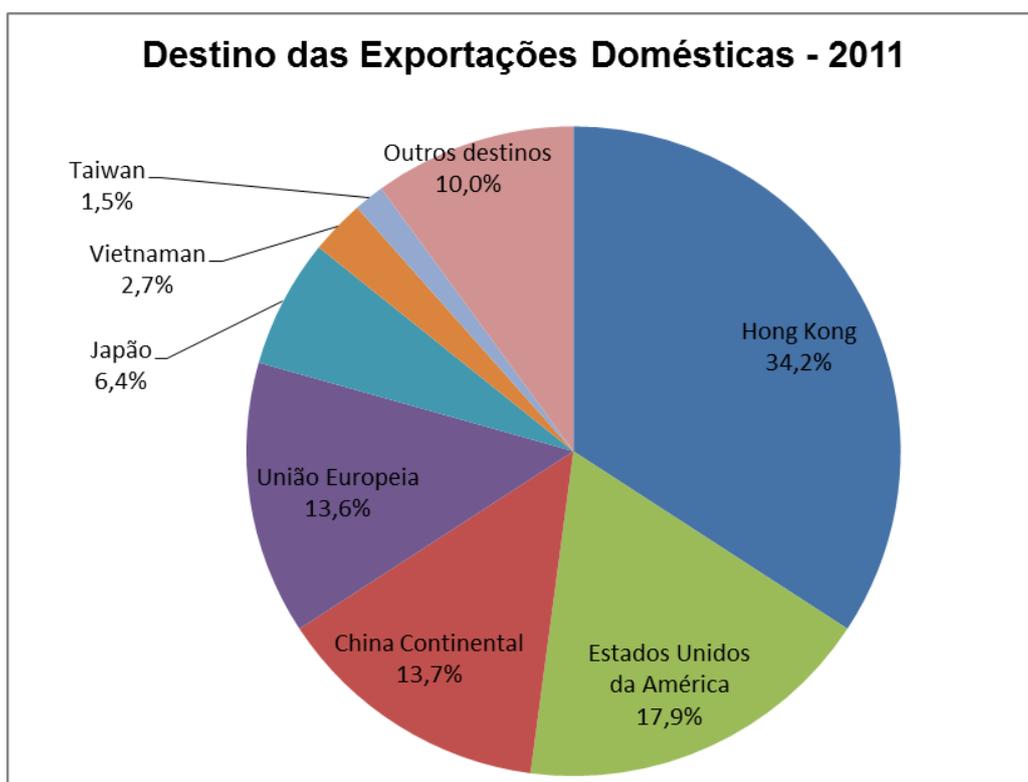
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da DSEC (2012a)

Figura 7 – Ensino superior por áreas de formação



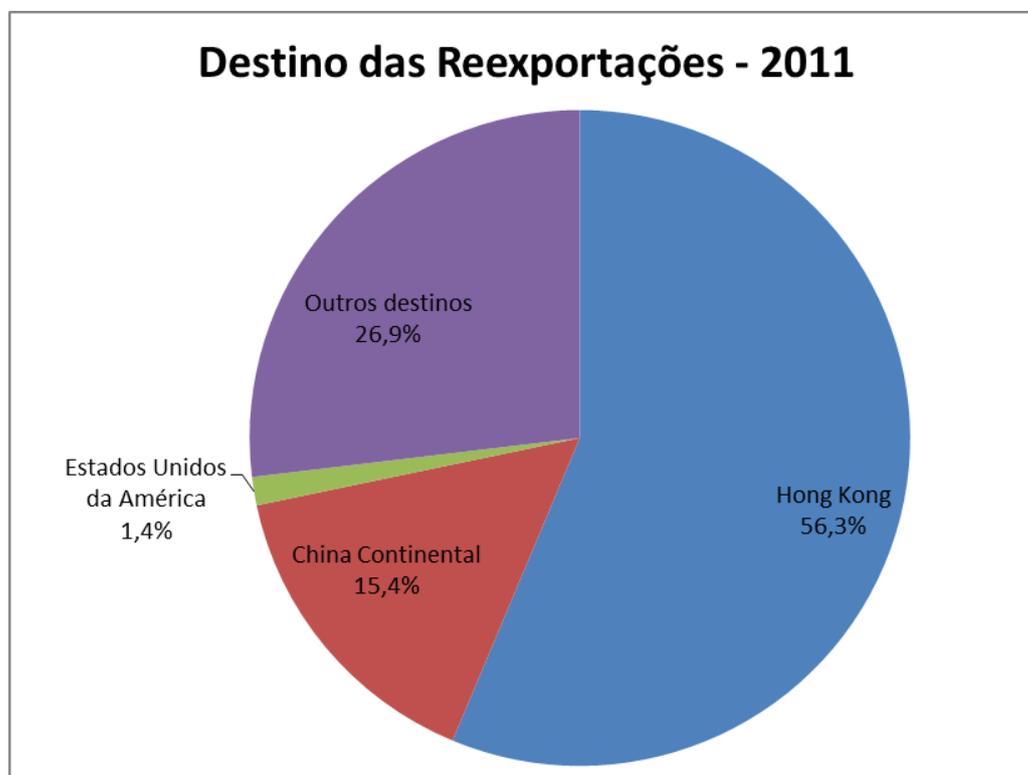
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da GAES (2011b)

Figura 8a – Destino da exportação de Macau



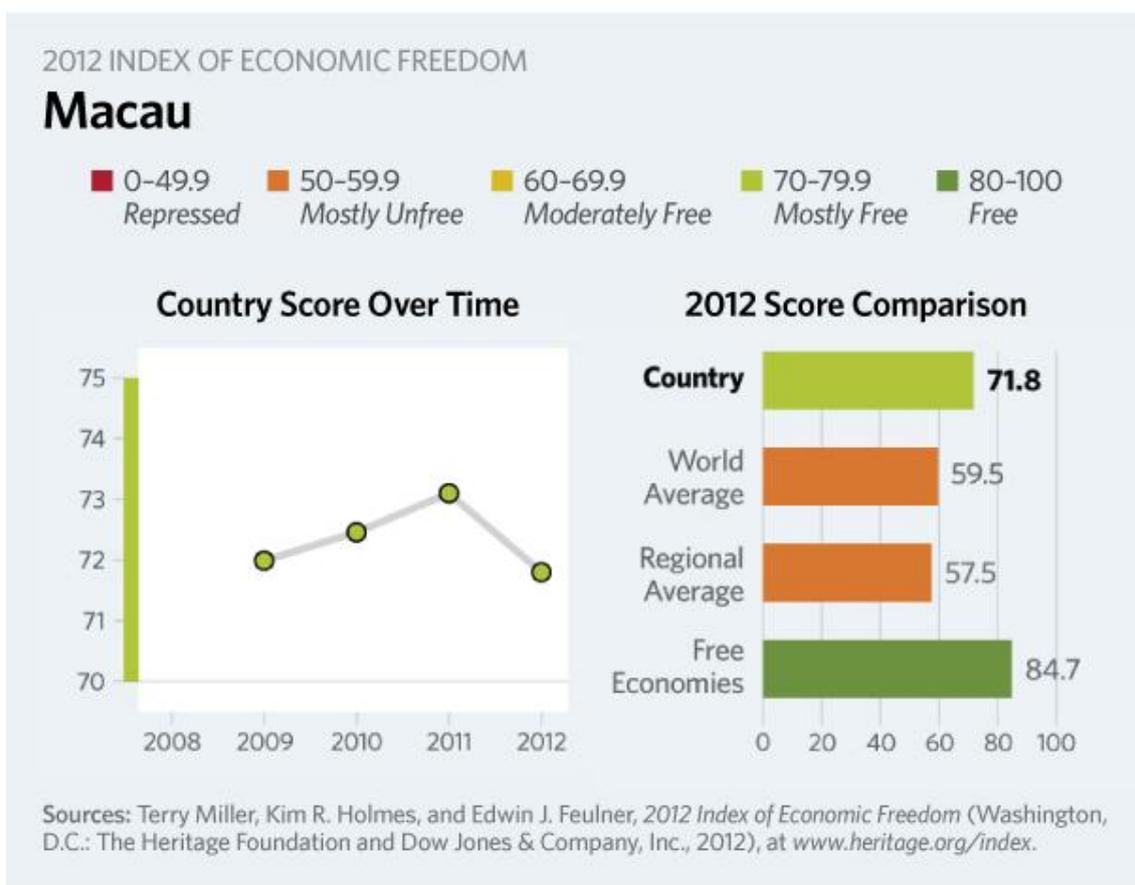
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da DSEC (2012c)

Figura 8b – Destino da exportação de Macau



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da DSEC (2012c)

Figura 9 – Índice de liberdade económica



heritage.org

Fonte: <http://www.heritage.org>

Anexos – Quadros

Quadro 3 – Principais indicadores da Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas

Principais Indicadores da Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas em 2010							
Provincia / Região	Área Geográfica		População		PIB		
	Km ²	% em relação à R.P. China	x1000 pessoas	% em relação à R.P. China	100 Milhões de CNY	% em relação à R.P. China	
Região do Delta do Rio das Pérolas	Hong Kong*	1.104	0,01	7.060	0,53	12.498,38	3,12
	Macau*	30	0,0003	550	0,04	1.841,83	0,46
	Zona Económica do Delta do Rio das Pérolas (Guangdong)	54.732	0,57	42.898	3,20	37.673,26	9,39
	Sub-total	55.866	0,58	50.508	3,77	52.013,47	12,96
Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas	Restantes cidades de Guangdong	125.774	1,30	61.512	4,59	8.339,80	2,08
	Fujian	121.300	1,26	36.930	2,75	14.737,12	3,67
	Guangxi	236.000	2,45	46.100	3,44	9.569,85	2,39
	Guizhou	176.000	1,83	34.790	2,59	4.602,16	1,15
	Hainan	34.000	0,35	8.690	0,65	2.064,50	0,51
	Hunnan	210.000	2,18	65.700	4,90	16.037,96	4,00
	Jiangxi	167.000	1,73	44.260	3,30	9.451,26	2,36
	Sichuan	485.000	5,03	80.450	6,00	17.185,48	4,28
	Yunnan	394.000	4,09	46.020	3,43	7.224,18	1,80
	Sub-total	1.949.074	20,22	424.452	31,65	89.212,31	22,24
	Total	2.004.940	20,80	474.960	35,42	141.225,78	35,20

Fonte: Quadro elaborado pelo autor baseado em dados da "China Statistical Year Book 2011" e "Guangdong Statistical Year Book 2011"
* Taxa de câmbio utilizada: 1 HKD = 0,8480 CNY e 1 MOP = 0,8232 CNY

Quadro 4 – Universidades em Macau

Lista das Instituições de Ensino Superior de Macau				
Nome da Instituição	Pública / Privada	Ano de fundação	Docentes registrados em 2010/2011	Alunos Inscritos em 2010/2011
Universidade de Macau	Pública	1981	426	7411
Instituto Politécnico de Macau	Pública	1991	357	2651
Instituto de Formação Turística	Pública	1995	107	1343
Escola Superior de Forças de Segurança de Macau	Pública	1988	35	74
Universidade da Cidade de Macau	Privada	1992	241	8445
Universidade de São José	Privada	1996	163	1722
Instituto de Enfermagem Kiang Wu de Macau	Privada	1923	39	237
Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau	Privada	2000	384	9863
Instituto de Gestão de Macau	Privada	2000	37	371
Instituto Milénio de Macau	Privada	2001	51	426
TOTAL			1840	32543

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir dos dados do GAES (2011a)

Quadro 5 – Utilização de línguas pelos residentes de Macau

		Residentes que utilizam como língua corrente		Residentes que dominam a língua	
		Residentes	%	Residentes	%
Chinês	Cantonense	449275	83,33	485061	89,97
	Mandarim	27129	5,03	223180	41,40
	Dialecto de Fujian	19957	3,70	37290	6,92
	Outros Dialectos Chineses	10633	1,97	47379	8,79
Inglês		12155	2,25	113803	21,11
Tagalo		9415	1,75	13821	2,56
Português		4022	0,75	13148	2,44
Outras Línguas		6546	1,21	25161	4,67

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da DSEC (2012b)

Quadro 6 – Ensino da Língua Portuguesa em Macau

Participação em Cursos de Língua Portuguesa - Ano lectivo 2009/2010	
Instituições	Número de Participantes
Direcção dos Serviços de Educação e Juventude	2452
Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública	1181
Universidade de Macau	42
Instituto Politécnico de Macau	14
Instituto Português do Oriente	1703
TOTAL	5392

Fonte: Elaborado pelo autor a parti dos dados da DSEJ (2011)

Quadro 7a – Imprensa em Macau

Lista da Imprensa de Macau			
	Nome	Períodicidade	Língua
1	Diário Ou Mun lat Pou	Diário	Chinês
2	Jornal Va kio	Diário	Chinês
3	Tai Chung Pou	Diário	Chinês
4	Si Man Pou (Jornal do Cidadão)	Diário	Chinês
5	Seng Pou (Jornal Estrela)	Diário	Chinês
6	Cheng Pou	Diário	Chinês
7	Jornal Today Macau	Diário	Chinês
8	Jornal San Wa Ou	Diário	Chinês
9	Macau (Yat Yuen) Canidrome Club Official Programme	Diário	Chinês
10	Diário Hou Kong	Diário	Chinês
11	The Macau Post Daily	Diário	Inglês
12	Macau Daily Times	Diário	Inglês
13	Business Daily	Diário	Inglês
14	Hoje Macau	Diário	Português
15	Jornal Tribuna de Macau	Diário	Português
16	Ponto Final	Diário	Português
17	Jornal Si Si	Semanal	Chinês
18	Semanário Desportivo de Macau	Semanal	Chinês
19	Jornal Informação	Semanal	Chinês
20	Jornal O Pulso de Macau	Semanal	Chinês
21	Semanário Recreativo de Macau	Semanal	Chinês
22	Observatorio de Macau	Semanal	Chinês
23	JOY POST	Semanal	Chinês
24	Macao Commercial Post	Semanal	Chinês
25	Agora Macau	Semanal	Chinês
26	Car World	Semanal	Chinês
27	捷點資訊報	Semanal	Chinês
28	Jornal Económico de Convenção e Exposição Macau	Semanal	Chinês
29	Macau Evening News	Semanal	Chinês
30	Hou Kong Evening Post	Semanal	Chinês
31	Jornal Eventos e Festividades de Macau	Semanal	Chinês
32	Clarim	Semanal	Português
33	Exmoo News	Bisemanal	Chinês
34	Macau Times	Mensal	Chinês
35	Revista Mensal de Macau	Mensal	Chinês
36	Business Intelligence	Mensal	Chinês
37	Macau Convention & Exhibition	Mensal	Chinês
38	HOBBS JOURNAL	Mensal	Chinês
39	SODA Magazine	Mensal	Chinês
40	Macau Business	Mensal	Inglês
41	Inside Asian Gaming	Mensal	Inglês
42	Macau Closer	Mensal	Inglês
43	Boletim Associação Budista Geral de Macau	Bimestral	Chinês
44	Macau Manager	Trimestral	Chinês
45	Chinese Cross Currents	Trimestral	Chinês

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir dos dados da página web do GCS
(<http://www.gcs.gov.mo/index.php?PageLang=P&PassType=PUB&PageCode=PUB>)

Quadro 7b – Televisão e Rádio em Macau

Televisão e Rádio em Macau			
Estação	Canal	Tipo de Canal	Língua
Teledifusão de Macau (TDM)	TDM - Ou Mun	Televisão - Digital Terrestre	Cantonês e Mandarim
	TDM - Canal Macau	Televisão - Digital Terrestre	Português e Inglês
	TDM Desporto	Televisão - Digital Terrestre	Cantonês e Mandarim
	TDM Vida	Televisão - Digital Terrestre	Cantonês e Mandarim
	TDM HD	Televisão - Digital Terrestre	Cantonês e Mandarim
	Ou-Mun Macau	Televisão - por Satélite	Cant., Mand., Português e Inglês
	CCTV News (em Putonghua)	Televisão - Digital Terrestre	Mandarim
	CCTV News (em Inglês)	Televisão - Digital Terrestre	Inglês
	CCTV Documentary	Televisão - Digital Terrestre	Mandarim
	Hunnan Television	Televisão - Digital Terrestre	Mandarim
	Haixia Television	Televisão - Digital Terrestre	Mandarim
	Ou Mun Tin Toi	Rádio	Cantonês e Mandarim
	Rádio Macau	Rádio	Português
MASTV	---	Televisão - por Satélite	Cantonês e Mandarim
Lotus	---	Televisão - por Satélite	Cantonês e Mandarim

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir dos dados da da TDM (2012) e página web do GCS (<http://www.gcs.gov.mo/index.php?PageLang=P&PageCode=CME1&PassType=CME1&TType=1;5;0>)

Quadro 8 – Sector bancário em Macau

Bancos	Observações
Banco Tai Fung, S.A.	Com sede em Macau
Banco Weng Hang, S.A.	
Banco Delta Ásia, S.A.R.L.	
Banco de Construção da China (Macau), S.A.	
Banco Industrial e Comercial da China (Macau), S.A.	
Banco Luso Internacional, S.A.	
Banco Comercial de Macau, S.A.	
Banco Chinês de Macau, S.A.	
Banco Espírito Santo do Oriente, S.A.	
Banco Nacional Ultramarino, S.A.	
The HongKong & Shanghai Banking Corp. Limited	Com sede no exterior
DBS Bank (Hong Kong) Limited	
Banco da China, Limitada	
Citibank, N.A.	
Standard Chartered Bank	
Banco de Guangfa da China, S.A.	
Bank SinoPac Company Limited	
Chong Hing Bank Limited	
Banco da East Asia, Limitada	
Hang Seng Bank Limited	
Banco CITIC Internacional Limitada	
Bank of Communication Co., Ltd.	
Banco Comercial Português, S.A.	
Banco Comercial Primeiro, S.A.	
Banco Wing Lung, Limitada	
Banco Comercial Hua Nan, S.A.	
Instituições financeiras Off-Shore	Observações
Banco BPI, S.A. - Sucursal Offshore de Macau	Sucursal de banco com sede no exterior
Caixa Geral de Depósitos - Subsidiária Offshore de Macau, S.A.	Subsidiária de banco com sede no exterior
Sociedade Financeira ICBC (Macau) Capital, S.A.	Sociedade financeira

*Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com os dados da página web da AMCM
(http://www.amcm.gov.mo/banking_sector/Pbank_main2.htm [Acedido em 20 de Setembro de 2012])*